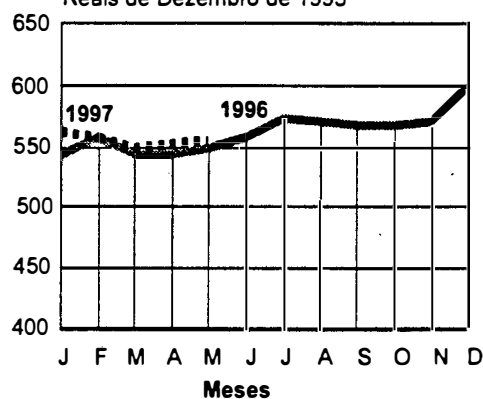


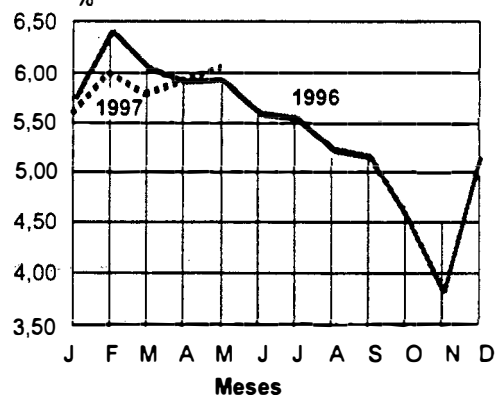
Renda Real Média - Brasil Metropolitano (PME/IBGE)

Reais de Dezembro de 1995



Taxa de Desemprego - Brasil Metropolitano (PME/IBGE)

%



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO**

MINISTRO
Antônio Kandir

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Martus Tavares

MINISTÉRIO DO TRABALHO

MINISTRO
Paulo Paiva

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Antonio A. J. Anastasia



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

*O IPEA é uma fundação pública vinculada ao **Ministério do Planejamento e Orçamento**, cujas finalidades são: auxiliar o **Ministro do Planejamento e Orçamento** na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscais, financeiras, externa e de desenvolvimento setorial.*

PRESIDENTE
Fernando Rezende

DIRETORIA
Claudio Monteiro Considera
Gustavo Maia Gomes
Luis Fernando Tironi
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Mariano de Matos Macedo
Murilo Lôbo

COORDENADOR GERAL DO PROJETO MTb/IPEA
Ricardo Paes de Barros

CORPO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
Lauro Ramos (Dipes/IPEA)

EDITOR ASSISTENTE
Adriana Fontes R. E. da Silva*
Maria Elisa de Oliveira Casares*

CONJUNTURA MACROECONÔMICA
Grupo de Acompanhamento Conjuntural
(GAC) da Dipes/IPEA

PROGRAMADOR SAS
Marcio Duarte Lopes*

As opiniões emitidas em Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento e Orçamento nem do Ministério do Trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho, ao IBGE, à Fundação SEADE, ao Dieese e ao Boletim de Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ por cederem os dados necessários à elaboração deste Boletim.

PROJETO GRÁFICO Nelson Cruz

* Bolsista ANPEC

SERVIÇO EDITORIAL

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Presidente Antonio Carlos, 51
14º andar - CEP 20020-010
Tel.: (021) 220-5533
Fax: (021) 240-1920

BRASÍLIA, DF
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES
10º andar - CEP 70076-900
Tel.: (061) 315-5088
Fax: (061) 315-5314



Muito tem sido discutido a respeito da necessidade de atualizar a legislação trabalhista no Brasil, no sentido de torná-la adequada à nova realidade do funcionamento do mercado de trabalho, decorrente de uma série de transformações pelas quais vêm passando a economia brasileira. Parece consenso que o marco regulatório estabelecido pela CLT, concebido e implementado há mais de 50 anos atrás, não se mostra mais capaz de fornecer um meio institucional indutor, ou pelo menos não obstrutivo, de um funcionamento ágil e uma capacidade mínima de adaptação do mercado às mudanças na ordem econômica.

Embora este seja um tema que envolve muitos aspectos, na maioria das vezes a discussão a respeito da premência de, por assim dizer, flexibilizar as relações de trabalho acaba centrada na necessidade de reduzir o chamado "custo Brasil". Sem dúvida há razões de sobra para preocupações nesta área, mas por certo não é o suficiente para exaurir, ou mesmo contemplar adequadamente, a complexidade do problema.

Com o intuito de catalizar o debate relativo a outra faceta importante que está no cerne da questão, o assunto escolhido para ser analisado e debatido nesta edição por representantes dos sindicatos, empresários e governo diz respeito à reformulação da organização sindical no Brasil. Como bem colocado nos documentos que se seguem, a questão é complexa, imperativa e o momento propício para sua discussão. Mais do que isso, para que o processo chegue a bom termo, em termos de justiça e eficiência, "a via apropriada é a da construção de consensos entre os atores sociais".

Com eles, então, a palavra.

Notas do Editor:

1) Devido a mudanças metodológicas introduzidas no CAGED/MTb, as informações relativas a esta pesquisa não serão publicadas e analisadas neste número. A publicação será retomada assim que os trabalhos de compatibilização das informações e encadeamento das séries chegarem a termo.

2) A partir deste número as informações atualizadas a respeito das tabelas constantes do Anexo Estatístico estarão disponíveis no endereço "www.ipea.gov.br".

Fortalecendo os Sindicatos e a Negociação Coletiva



A necessidade de reformar a legislação trabalhista no Brasil repousa em duas razões. A primeira é a de adequar o marco regulatório que governa o funcionamento do mercado e das relações de trabalho no País a uma sociedade democrática, fortalecendo a cidadania e os direitos coletivos. A segunda é a de adequar a legislação brasileira a uma economia aberta e competitiva que está exigindo do mercado de trabalho, maior flexibilidade, menores custos não-salariais e mais negociação sobre as condições gerais de trabalho, inclusive sobre o emprego.

Neste artigo, centro-me, especialmente, na necessidade de modernizar a organização sindical, requisito essencial para fortalecer e democratizar a representação dos trabalhadores na negociação coletiva.

De fato, a legislação trabalhista brasileira mantém-se quase que inteiramente inalterada desde a sua consolidação, no período do Estado Novo. A sua adequação à uma sociedade que se democratizou exige mudanças profundas visando fortalecer as relações coletivas, inclusive para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores na defesa dos seus postos de trabalho.

O arcabouço das relações trabalhistas construído no período do Estado Novo visava consolidar e proteger uma classe operária disponível para o processo de industrialização e incorporá-la à sociedade moderna. As principais características deste modelo são:

1. A unicidade sindical de base municipal e a organização por categoria profissional e categoria econômica. É o sistema confederativo de organização sindical.
2. A contribuição sindical compulsória, denominada anteriormente de imposto sindical, que financia o sistema confederativo. Posteriormente, outras contribuições, como a assistencial e a confederativa têm sido, também, aplicadas de forma generalizada.
3. A presença do Estado, cuja expressão maior de intervenção, modificada pela Constituição de 1988, era, do lado do Executivo, o enquadramento sindical, através do qual cabia ao Ministério do Trabalho o reconhecimento e a autorização para o funcionamento do sindicato. Do lado do Judi-

ciário, foi estabelecido o poder normativo da Justiça do Trabalho.

4. No campo dos direitos individuais foi desenvolvido um sistema amplo e detalhado de proteção aos trabalhadores, inicialmente consagrado na CLT e, posteriormente, no artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Este modelo foi desenvolvido no contexto de um Estado autoritário, corporativo e paternalista. Suas características mostram que, na sua origem, já restringia as relações coletivas. De fato, o modelo elimina a autonomia e liberdade sindicais, restringindo os direitos coletivos. Historicamente, a proteção está estabelecida na legislação e na ampliação das relações individuais e não através do fortalecimento das relações coletivas.

A partir da década de oitenta, ao consolidar-se a democracia em nosso país, ampliaram-se os espaços de soluções negociadas, e surgiram as centrais sindicais como instâncias nacionais de agregação de sindicatos, à margem do sistema confederativo. A legislação trabalhista tem de se adequar a essa nova realidade. Torna-se, assim, urgente fortalecer as relações coletivas no campo da legislação trabalhista, independentemente de qualquer outra consideração. Isto requer a construção de um novo modelo de organização sindical e de negociações coletivas que contenha as seguintes características:

1. Consolidar a autonomia e a liberdade sindicais ao se instalar um sistema de pluralidade sindical. Isso romperia com o monopólio de representação sindical e implicaria, também, na eliminação da contribuição sindical. A substituição do sistema de unicidade pelo de pluralidade sindical requer mudar o inciso ii do Artigo 8º da Constituição Federal de 1988. Isso requer a construção negociada de um novo modelo de organização sindical e de seu financiamento. O sistema de organização sindical com base na definição de categoria profissional e econômica conforma-se com o sistema de unicidade mas não necessariamente com o modelo de pluralidade sindical. Ademais, as centrais sindicais que têm legitimidade política precisam ter amparo na estrutura sindical brasileira. Por-

*Ministro de Estado do Trabalho.

tanto, construir um novo modelo sindical não é uma questão trivial, devendo exigir um amplo debate entre os atores políticos relevantes. Algumas propostas foram lançadas, outras estão em gestação. A CUT, por exemplo, apresenta ao debate um modelo sindical que denomina de orgânico., com comitês nas empresas mas com vinculação com a central sindical. Existem também propostas para a formação de sindicatos por empresa, ou seja, um modelo descentralizado e flexível onde a representação sindical estaria necessariamente aderente às especificidades do local de trabalho. Outras sugestões contemplam um modelo híbrido, mantendo a unicidade na base e a pluralidade nas instâncias superiores. Na verdade, as questões mais polêmicas referem-se à definição da base sindical., a possibilidade da existência de mais de um sindicato na mesma base e sua estrutura vertical. A definição, negociada, dos níveis de representação e de negociação, constitui a essência do novo modelo bem como da forma de financiá-lo.

2. O fortalecimento dos sindicatos e sua democratização são elementos essenciais para se colocar a negociação coletiva no cerne da relação capital/trabalho no Brasil. Nesta matéria, o debate já avançou muito nos últimos anos. A ênfase hoje centra-se menos na necessidade de relevar a negociação e mais no modelo ou formato que

deveria assumir. Existem, de fato, várias propostas. Uma limita as negociações ao âmbito das empresas. Outras procuram definir distintos níveis de negociação, separando temas para negociação nacional, regional e por empresa ou categoria. Ou seja, a questão central é qual é (ou quais são) o(s) nível (eis) de negociação. De qualquer forma, o modelo de negociação deverá ser compatível com o modelo de organização sindical.

Mudanças dessa magnitude não se materializam com rapidez e sem um amplo debate com a sociedade. Trata-se, efetivamente, da discussão de um novo contrato social. Em uma sociedade democrática a via apropriada é a construção de consensos entre os atores sociais, como condição prévia, para que o Congresso possa apreciá-las.

É fundamental, organizar instâncias politicamente legítimas para a elaboração das propostas que consubstanciarão este novo contrato social. Esta não é uma tarefa apenas do governo. Tão responsáveis são os empresários e os trabalhadores. Aos três segmentos cabe construir, juntos, um novo contrato social que permita fortalecer os sindicatos e a negociação coletiva, construindo a cidadania nas relações de trabalho.

A Emergência da Modernização



O debate em torno da modernização da organização sindical no Brasil é uma imposição da nova realidade econômica brasileira, que surgiu com o Plano de Estabilização de 1994, o Real. A economia mudou, a produção mudou e está mais do que na hora de mudarem as relações trabalhistas e a organização sindical no País.

Acreditamos que seja um momento privilegiado para discutirmos o tema pois, a despeito dos graves problemas sociais que o País enfrenta, com o desemprego em primeiro lugar, vivemos um momento de estabilidade econômica e normalidade institucional que reforça a confiança no futuro do Brasil.

O primeiro ponto que, a nosso ver, seria fundamental para a modernização sindical é o rompimento da camisa de força da unicidade sindical, imposta há mais de meio século pelo Governo Vargas sob inspiração totalitária. A Federação e o Centro das indústrias do Estado de São Paulo têm posição firmada, há anos, em favor da pluralidade sindical, por entender que é a forma adequada para acabar com o dogma da existência de apenas um sindicato por setor de atividade numa mesma base territorial. Pois isso fere frontalmente os princípios de autonomia e liberdade de organização sindical, fundamentos de uma verdadeira economia de mercado.

É interessante observar que muitos líderes trabalhistas brasileiros, depois de conhecerem estruturas sindicais mais avançadas, na Europa e nos Estados Unidos, mudaram seu discurso, passando a defender a pluralidade. Mas, pouco se avançou efetivamente na direção da mudança e, hoje, temos uma situação paradoxal na área das organizações de trabalhadores em que na base prevalece o princípio da unicidade, enquanto na cúpula, com o advento das Centrais Sindicais, pratica-se a pluralidade. É preciso acabar com essa dicotomia absurda, estabelecendo-se definitivamente o princípio da pluralidade, respeitando, é bom ressaltar, os direitos adquiridos dos atuais sindicatos. Ninguém está propondo que por ato de força as organizações classistas, de trabalhadores e empresários, sejam dissolvidas e substituídas por outras. Não, o que se defende é a possibilidade do livre surgimento de novas entidades, se empregados e

empregadores do respectivo setor assim acharem conveniente.

Também reafirmamos nossa posição contrária ao imposto sindical e sua cobrança compulsória. Tanto do lado patronal como dos trabalhadores, este tributo, hoje vigente sob o eufemismo de contribuição sindical, prejudica de forma drástica a representatividade dos sindicatos. Esta, deve basear-se na adesão espontânea à entidade, por ser a representante autêntica dos interesses de seus filiados, que têm, por sua vez, a obrigação de mantê-la. Com a vigência do imposto, os associados não importam tanto, pois a manutenção, ainda que mínima, da entidade está assegurada por esse dispositivo paternalista.

Outro entrave à modernização sindical é a mistificação criada em torno do contrato coletivo de trabalho. E aí esbarramos, novamente, no problema das reformas estruturais e constitucionais, que tramitam morosamente no Congresso. Porque, a questão das negociações trabalhistas está condicionada aos dispositivos extremamente detalhistas da Carta Magna, da CLT e de toda a legislação ordinária.

Afinal, o contrato de trabalho nada mais é que uma negociação entre a parte patronal e a parte profissional que, de comum acordo, devem fixar suas normas, sujeitas a mediação e arbitragem. Porém, na medida em que continuam em vigor preceitos anteriormente fixados na legislação e na Constituição, torna-se difícil avançar no sentido da livre negociação, que deve prevalecer na economia de mercado.

Se não conseguirmos modificar o detalhismo do texto constitucional, assim como as amarras da CLT e da legislação ordinária, corremos o risco de termos uma duplicidade e uma cumulatividade de conceitos em torno das relações de trabalho, determinadas de um lado pela norma jurídica vigente (embora superada) e, de outro, pelos avanços conquistados na prática, mas ainda sem amparo legal estabelecido. De todo modo, em matéria de contrato de trabalho, é bom deixar claro, somos favoráveis à negociação empresa por empresa.

*Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Também questionamos a estabilidade derivada do exercício de mandatos sindicais. Nesse sentido, a possibilidade de demissão dos funcionários públicos com desempenho insuficiente, no âmbito da reforma administrativa que está em votação no Congresso, recoloca o tema em pauta para o setor privado. A estabilidade, de modo como existe, é uma prática paternalista amparada em leis que regulam o exercício da representação sindical e os cargos nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa). Contestamos frontalmente a utilização exagerada do instituto da estabilidade provisória, sobretudo quando a pretexto de proteger o legítimo exercício do mandato sindical serve, na verdade, para acobertar interesses individuais. Numa economia globalizada, que exige das empresas índices crescentes de produtividade, sob pena de serem varridas do mercado, o uso abusivo desse direito por parte dos sindicatos de trabalhadores representa um obstáculo à busca de competitividade.

Há quase cinco anos, tornamos pública uma plataforma mínima para o encaminhamento de mudanças que os setores produtivos consideram essenciais para a modernização das relações trabalhistas e da organização sindical. Como pouco se avançou nesse campo desde então, aproveitamos aqui para reafirmar alguns de seus

principais pontos, bem como agregar novas sugestões. Em resumo :

- Amplo debate nacional sobre a forma mais adequada de contrato de trabalho;
- Revisão do texto constitucional, da CLT e de toda legislação ordinária relativa às relações trabalhistas e à organização sindical;
- Enquanto isso não acontece, fazer prevalecer o que foi pactuado sobre a norma legal superada;
- Limitação do poder normativo da justiça do trabalho;
- Reformulação da atual estrutura sindical, passando a vigorar a pluralidade;
- Aperfeiçoamento das regras para a estabilidade provisória de dirigentes sindicais e integrantes da Cipa, de modo a coibir abusos;

Essas são algumas contribuições que consideramos oportuno oferecer a esse debate. Cabe a ressalva de que embora tenhamos plena consciência da emergência dessas mudanças - e vamos lutar por elas - precisamos, necessariamente, passar por um período de adaptação gradativa às normas que virão, para que não haja uma ruptura do sistema. Somente assim teremos uma estrutura sindical realmente moderna e adequada à nova realidade econômica do País.

Organização Sindical



movimento sindical brasileiro é complexo. Embora ainda não reconhecidas oficialmente, hoje existem várias centrais sindicais, evidentemente com concepções e visões sindicais diferentes. Desde a visão daqueles que querem permanecer como estão, com a velha estrutura sindical, com o corporativismo ferrenho, sem um mínimo de solidariedade, se sustentando através de contribuições compulsórias, tendo uma visão arcaica do Estado como seu tutor, passando por aqueles que abraçaram o ideário neoliberal, até aqueles que querem uma organização sindical moderna e capaz de enfrentar os enormes desafios colocados para os trabalhadores neste final de século.

Para o movimento sindical ser forte e se consolidar a reflexão precisa ser ampliada. Valorizamos os princípios que nos regem desde nossa fundação.

Defendemos a liberdade e autonomia sindical, frente ao Estado, empresariado, religiões, partido políticos; a relação estreita com os trabalhadores, que é vital para o fortalecimento da nossa ação e para nossa evolução. Outro princípio importante é sermos classistas, isto é: defender os interesses dos trabalhadores, sem tirar o pé da realidade, mas sem fechar os olhos para um futuro que nós, enquanto classe, pretendemos e sonhamos. Também é princípio a democracia, o pluralismo das idéias, o debate e o compromisso com as deliberações de maioria.

Esses princípios são fundamentais para construirmos um sindicalismo em constante evolução, e não ficar parado na história.

Evidentemente o desafio de uma nova estrutura sindical não está somente nos sindicatos. É fundamental superar a cinquentenária CLT (que foi importante e ainda tem aspectos importantes), através de uma transição para uma nova forma de contratação: o Contrato Coletivo do Trabalho (CCT), com uma legislação de sustento com direitos básicos garantidos.

O CCT, para nós, é uma dinâmica permanente de diálogo, de discussões e de lutas. Pressupõe Organizações Locais de Trabalho, reconhecimento do direito sindical, de protestar, de apresentar idéias. Assim, da-

remos um grande salto na consolidação do patrimônio das relações do trabalho.

Outro aspecto importante são as mudanças, tão necessárias, na justiça do trabalho, hoje arcaica e superada. Ela não pode continuar com poder normativo, deliberando, na maior parte das vezes, pior do que seria negociado diretamente entre empresários e trabalhadores. É comum a retirada de conquistas já de muitos anos, por um simples conflito momentâneo. Se no passado ela foi decisiva para dar a proteção mínima, básica, ao trabalhador, hoje ela serve de entrave ao avanço das conquistas do mundo do trabalho.

A figura do juiz classista, como é hoje, também precisa acabar. Em congresso da nossa Central decidimos a lutar pelo seu fim. Mas é claro que isso não pode ser um fato isolado, não queremos simplesmente acabar com juizes classistas e ficar com o restante da estrutura como está, é preciso repensar o conjunto.

Precisamos permitir a existência de outros organismos que possam ajudar a resolver conflitos, com dinamismo, rapidez, junto e próximo à realidade das relações de trabalho.

Também é necessário mudar a visão patronal nas relações de trabalho. Fazer negociações sérias, com credibilidade, respeitando os trabalhadores, com discussões transparentes, não tendo o jogo do gato e o rato, entendendo o trabalhador como parte fundamental e imprescindível. Essa dinâmica democrática, necessária à visão patronal, deve aceitar o direito à sindicalização, de uma base organizada e forte. Também com a nossa organização a partir do local de trabalho (Comissão Sindical de Base) resolveremos uma grande quantidade de problemas, evitando levá-los à justiça, que, verdade seja dita, está super lotada.

Para que de fato tenhamos uma nova estrutura sindical é preciso repensar a nossa própria prática sindical, reforçando valores que fizeram da nossa Central a principal referência para os trabalhadores. Neste sentido, destaco os seguintes pontos:

*Presidente nacional da CUT e do INSPIR (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial).

1. Fortalecer a relação com a base. Não basta discurso, seja ele, conservador, social democrata ou revolucionário, sem consultar, conviver e ouvir os trabalhadores. O dirigente sindical só terá condições de lutar pelas perspectivas imediatas e históricas da classe se for capaz de compreender o cotidiano e falar a linguagem de quem representa.

2. O movimento sindical deve ter uma relação estreita com a sociedade, respeitando os interesses de toda a coletividade. Com uma visão que extrapola o corporativismo, o economicismo e o imediatismo. O essencial é compreender que o dirigente sindical, assim como o simples trabalhador, é um cidadão. Além do seu local de trabalho tem sua casa, sua família, tem direito a lazer, ao prazer. O sindicalismo precisa praticar a solidariedade, a generosidade. Valorizar a ação sindical em defesa daqueles que foram lançados ao desemprego; lutar para que o trabalhador da cidade esteja integrado à luta dos do campo, ainda mais num país como o nosso, onde está clara a necessidade de reforma agrária; fazer com que os trabalhadores do setor privado entendam a importância da luta dos do setor público, pela estabilidade, pela qualidade do serviço, pela manutenção de políticas perenes; estimular uma ação integrada entre os trabalhadores intelectuais e os braçais, entre os trabalhadores da área de serviços com os das áreas de produção.

3. Devemos estar preparados e organizados de maneira que os trabalhadores informais sejam representados pelos sindicatos.

4. Além da relação com a base e a sociedade, temos ainda que ter a capacidade de apresentar propostas alternativas. Foi assim no episódio da previdência social, nas campanhas em defesa da educação e da saúde, está sendo assim na proposta que estamos preparando para modificações na estrutura sindical brasileira.

Apresentar alternativas nos dá uma condição cidadã de discutir o Brasil e nos faz mais representativos junto aos trabalhadores. Nesses tempos de mudanças o trabalhador espera de seus dirigentes mais do que somente o não. É vital apresentarmos propostas; como por exemplo: políticas industrial, reforma agrária com política agrícola, reforma tributária, entre outras.

Outro aspecto que devemos levar em consideração, do ponto de vista da atual estrutura, é a figura da unicidade sindical,

contraditória com a proposta da unidade sindical, que defendemos. Não somos favoráveis à proliferação de sindicatos sem representatividade e sem capacidade de sustentar as lutas e mobilizações em defesa dos interesses dos trabalhadores, nem de sindicatos por empresas. Sob este prisma, há dois aspectos a considerar:

a) Com a unicidade sindical, se impõe, a partir da lei, o pluralismo sindical, muitas vezes dentro de uma mesma empresa. É o caso de uma montadora, por exemplo, onde não existe somente o sindicato da categoria metalúrgica, há mais de 20: como o dos desenhistas, das secretárias, dos gráficos, dos motoristas, do asseio e conservação, dos técnicos em segurança, dos engenheiros, dos médicos, enfim várias categorias dentro de um mesmo local de trabalho.

A unidade sindical passa, em primeiro lugar, pelo direito de nos organizarmos independentemente do que determina, hoje, o Estado.

b) Quando propomos a liberdade e autonomia sindical - conforme os princípios da Convenção 87 da OIT - desejamos que a unidade sindical seja a prioridade máxima do movimento sindical e não somente um compromisso assumido em discursos vazios. Para tanto é preciso acabar com as taxas compulsórias - motivo de muitos dirigentes sindicais inoperantes e acomodados, de sindicatos sem a menor representatividade.

Construir uma organização sindical a partir da vontade dos trabalhadores significa um sindicato real, de base, unitário, forte, fruto da democracia, que determina, inclusive, a atuação das direções eleitas. O sindicato orgânico, que nós defendemos, passa por esses princípios.

Por isso entendemos que - até mesmo em nossa Central, que hoje é a maior da América Latina - devemos nos preparar para o fortalecimento da organização sindical buscando a fusão dos atuais sindicatos, quebrando a unidade sindical, que ao longo do tempo só serviu para fragmentar e fragilizar a luta dos trabalhadores.

Por isso entendemos ser de extrema urgência avançar nestas mudanças na organização sindical. O que requer, simultaneamente, transformações também na CLT, na justiça do trabalho e nas cabeças, patronais e governamentais.



O comportamento do mercado de trabalho no início de 1997, como em anos passados, foi influenciado pelo encerramento da formação de estoques no lado da produção, redução da sua comercialização, passadas as festas de final de ano, e pela concentração de gozo de férias característica deste período. Uma das consequências destes fatores sazonais que mais desperta atenção e suscita o debate a respeito de seu desempenho é o aumento natural que se verifica nas taxas de desemprego.

De fato, após terem atingido um pico negativo de 3,81% no final do ano passado, as taxas mensais de desemprego metropolitano subiram nos primeiros meses deste ano, chegando a atingir níveis em torno de 6%, segundo as informações da PME. Entretanto, quando se cotejam estas taxas com as de igual período em 1996 (ver Gráfico da capa e Tabela A.4.1.1, no Anexo), percebe-se que estes níveis são comparáveis, na maioria das vezes favoravelmente, aos observados no início de 1996: a taxa média de janeiro a maio daquele ano foi igual a 6,0%, enquanto neste ela foi de 5,9%.

Nestes termos, a elevação das taxas mensais comparativamente às do final do ano passado não configura necessariamente um aumento do problema do emprego uma vez considerado o padrão sazonal. As perspectivas para o futuro próximo permitem um certo grau de otimismo, tanto em função da própria volta à normalidade do mercado quanto das expectativas existentes em relação ao desempenho da Indústria de Transformação e da Construção Civil. Cumpre lembrar, estes dois setores de atividade são particularmente importantes para a região metropolitana de São Paulo que, dado o seu tamanho, influencia sobremaneira a taxa agregada.

Em outras frentes já é possível detectar sintomas mais concretos desta retomada, notadamente no que se refere ao nível de ocupação (Tabela A.2.1) e aos rendimentos reais (Gráfico da capa e Tabela A.4.1). Em ambos os casos, os meses mais recentes já mostram alguma expansão em relação aos meses imediatamente anteriores e, em escala semelhante, quando comparados a igual período em 1996. O crescimento recente do nível do emprego vem sendo liderado pelo setor de Serviços, contando também com participação significativa da Administração Pública. Dos grandes setores, o Comércio é aquele que menos gerou postos de trabalho neste início de ano, mas o nível de emprego é superior ao do começo de 1996.

Quanto aos rendimentos médios, apesar dos taxa acumulada de crescimento no início de 1997 ainda ser negativa, já se observaram ganhos nos últimos meses para os quais há informação disponível, no agregado e para a maioria das regiões. Além disso, o nível dos rendimentos em abril do corrente foi 1,6% superior, em termos reais, ao de abril de 1996. Os trabalhadores que auferiram os maiores ganhos ao longo dos 12 meses foram os assalariados sem carteira, enquanto os com carteira e autônomos tiveram aumentos semelhantes entre si.

Um último aspecto que merece ser destacado diz respeito ao grau de formalização das relações de trabalho que apresentou um comportamento estável nos últimos meses, o que representa um fato alentador dada a adversidade do período para este fim. Embora ainda permanecendo em níveis certamente abaixo do que seria desejável, a interrupção do processo de queda que havia surgido no segundo semestre do ano anterior parece ter se consolidado, permitindo até esperar elevações no futuro próximo quando os fatores sazonais serão favoráveis a uma ampliação dos contratos formais.

Dentre as questões normalmente abordadas nas análises da conjuntura, duas têm atraído maior atenção no período mais recente. A primeira refere-se ao nível da atividade econômica, e em particular da trajetória esperada para o segundo semestre. Alguns analistas, com base em dados recentes que apontam para uma queda do consumo de bens de consumo duráveis, prevêem uma diminuição do ritmo da atividade, situando o crescimento do PIB inclusive abaixo dos 2,9% observados no ano passado. O modelo de previsão do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC), ao contrário, prevê a manutenção (em termos dessazonalizados) da atividade econômica no patamar observado no segundo trimestre, o que resultaria em uma expansão do PIB de 4% para 1997.

A segunda questão, estreitamente ligada à primeira, diz respeito aos setores que garantiriam a manutenção da atividade econômica. Assim, embora se observe uma forte desaceleração nas vendas de eletroeletrônicos (que, segundo a Eletros, aumentaram apenas 2,8% no primeiro semestre em relação a igual período do ano passado), já é possível também observar um deslocamento do eixo de crescimento da produção industrial. De acordo com os últimos dados de produção industrial do IBGE, registrou-se em junho um crescimento de 13,5% na produção de bens de capital em relação ao mês anterior. Assim, nas projeções do GAC para o segundo semestre encontra-se implícita a hipótese de que o setor de bens de capital, assim como a construção civil (com impacto no segmento de bens intermediários), estariam ocupando o espaço que vinha sendo preenchido pelos bens de consumo duráveis. Como se pode perceber, as implicações dessa inflexão são fundamentais no que diz respeito ao incremento da produtividade e às perspectivas futuras da estabilização do ponto de vista de sua sustentabilidade externa.

De acordo com as estimativas do GAC, o PIB cresceu 3,2% no segundo trimestre em comparação ao primeiro, revertendo assim a queda de 0,6% observada no início do ano. Com esse resultado a taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres passa a ser de 5,5% até junho, embora a expectativa seja de um ligeiro declínio nos próximos dois trimestres. Dois elementos contribuem para esta projeção: em primeiro

lugar, na base de comparação passam a constar os dois últimos trimestres de 1996, quando foram observados resultados elevados; e, em segundo, os indicadores dessazonalizados apontam para uma estabilidade nos próximos meses. Dentre os fatores por trás desta estabilidade destacam-se a inadimplência no comércio, que voltou a subir restringindo a capacidade de endividamento das famílias, o fato de que não se esperam alterações mais profundas na política econômica (em especial, o espaço para reduções da taxa de juros é limitado) e, por fim, a redução da taxa de crescimento dos salários, que tem levado a massa salarial a apresentar queda em termos reais desde o final do ano passado.

Dentre os subsectores, no acumulado em quatro trimestres, os que mais se destacaram foram a construção civil (10,1%), a produção de lavouras (7,1%) e da pecuária (6,8%), além da indústria geral (6,7%). Especificamente em relação à indústria é importante destacar a inflexão na trajetória de desaceleração que vinha sendo observada até o primeiro trimestre, na medida em que a expansão industrial evoluiu de 4,8 para 6,8% do primeiro para o segundo trimestre deste ano em relação aos respectivos períodos de 1996, mesmo sendo a base de comparação do segundo trimestre muito superior. Por outro lado, não se espera que esta taxa de crescimento se mantenha nos próximos dois trimestres, já que o indicador dessazonalizado aponta para um crescimento levemente inferior a 1% em ambos, o que resultaria numa variação da atividade industrial para 1997 de 4,1%.

Informações quanto ao consumo, da FCESP e do IBGE, relativas ao comércio de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, apontam no sentido de desaceleração das vendas, exceto em relação às vendas de automóveis. Enquanto observou-se em São Paulo uma queda de faturamento do comércio de 0,5% no segundo trimestre e de -0,7%, na taxa acumulada de 12 meses, segundo a pesquisa do IBGE, para o Rio, essa queda até maio foi de -5,6%. Já os dados tanto da Anfavea quanto da Fenabrave registram um aumento da comercialização de automóveis no primeiro semestre de 28,5% no atacado e 24,5% no varejo.

Segundo estimativas do GAC, a taxa de investimento manteve-se estável no primeiro semestre em 16,4% do PIB. No acumu-

lado dos últimos 12 meses o investimento apresentou um crescimento de 8,9%, com destaque para a construção civil (+10,1%) e para as importações de bens de capital (20,3%), com a produção doméstica de máquinas mantendo-se estável. As perspectivas para o médio prazo são de elevação do investimento em ritmo superior ao PIB, em função dos novos mecanismos de financiamento de longo prazo para a casa própria, da securitização dos créditos do setor imobiliário, bem como do avanço do processo de privatização e concessão de serviços públicos, especialmente na área de energia elétrica e telecomunicações.

Relativamente à inflação, no último trimestre foram obtidos os resultados mais positivos. A taxa de variação mensal acumulada em 12 meses dos principais índices de preços apresentou sensível queda na comparação de junho contra março de 1997. Enquanto o INPC passou de 8,56 para 5,92%, o IPC da FIPE cedeu de 8,96 para 7,08%, ao mesmo tempo em que o IGP-DI declinou de 9,76 para 7,59%. Dentre os grupos que compõem a cesta de produtos do IPC-FGV, habitação foi o único que apresentou crescimento nessa taxa acumulada na comparação de junho contra março. Os dados mais recentes, relativos a julho, apontam uma queda ainda maior dos índices inflacionários, tendo sido o IGP-DI, o IPC/FIPE e o INPC, respectivamente de 0,09%, 0,11% e 0,18%, apesar dos efeitos ainda existentes das correções das tarifas de serviços públicos.

Um ponto interessante a ressaltar é que os aumentos de preços verificados neste último trimestre situaram-se em torno de um conjunto restrito de produtos, em particular, os serviços públicos (dentre os quais as tarifas de energia elétrica, telefone e transportes urbanos) e o vestuário. O aspecto positivo neste período ficou por conta dos preços dos alimentos, que sofreram queda após terem sido a principal fonte de pressão inflacionária no primeiro trimestre. Para os próximos meses, espera-se uma trajetória de queda para os índices inflacionários, em função não apenas do fim dos efeitos do aumento das tarifas públicas, mas também da estabilidade de preços dos alimentos e da queda dos preços do vestuário. Como não se antevê, atualmente, qualquer fonte de pressão inflacionária em potencial, espera-se que os índices inflacionários fechem o ano de 1997 com uma variação abaixo de 6%.

O segundo trimestre deste ano foi marcado por uma melhora substancial do desempenho da balança comercial, como resultado da recuperação do crescimento das exportações e de desaceleração do crescimento das importações. Não se espera, contudo,

uma extrapolação desse resultado para o segundo semestre, uma vez que o crescimento das exportações se concentrou nos produtos básicos, especialmente soja e café, que não devem manter o mesmo ritmo para os próximos meses. Com tudo isso, o déficit comercial dessazonalizado no segundo trimestre, foi de US\$ 1,7 bilhão, somando um saldo negativo nos últimos 12 meses até junho de US\$ 9,9 bilhões.

Em relação às exportações destaca-se a recuperação das vendas de manufaturados, que cresceram de 22,5% em junho em relação ao mesmo mês do ano passado. Contudo, no trimestre, o bom desempenho das exportações deveu-se fundamentalmente aos produtos básicos. O crescimento das exportações desses no mesmo período foi de 44,2%, sendo que os ganhos decorreram não apenas dos preços externos, mas também de um aumento nas quantidades exportadas.

Já as importações, no acumulado de 12 meses, vêm apresentando crescimento desde o segundo semestre do ano passado. Contudo, esta taxa de crescimento vem declinando, apontando para uma estabilização dos valores mensais dessazonalizados e para um crescimento no ano em torno de 15%. Os grupos que mais influenciaram o aumento das importações nesse primeiro semestre foram os bens de capital (+38,2%) e os bens de consumo duráveis (+60,3%), especialmente automóveis (110%).

A taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações sofreu pequena desvalorização de 0,2% em junho frente ao mês anterior, a despeito do forte movimento de valorização do dólar frente às demais moedas no mercado internacional. Assim, desde que este movimento de valorização do dólar começou, em novembro do ano passado, a taxa de câmbio efetiva já acumulou uma valorização de quase 5%, o que contribuiu para aumentar novamente a apreciação acumulada desde junho de 1994, para 15,6% (era de 14,2% em novembro).

O déficit da balança de serviços no primeiro semestre foi de US\$ 12 bilhões, cerca de 35% superior ao mesmo período do ano passado. Dentre os seus componentes, o déficit dos serviços não-fatores aumentou 47%, influenciado principalmente pelas contas viagens internacionais, que teve um saldo negativo no período de US\$ 2 bilhões - ou piora de 36,1% -, e transportes, com déficit de US\$ 1,9 bilhão - ou piora de 85,5%, em relação ao mesmo período do ano passado. Do lado dos serviços de fatores, o envio de lucros e dividendos para o exterior acumula um saldo líquido de -US\$ 2,4 bilhões, ou crescimento de 525%. O pagamento de

juros no primeiro semestre foi de US\$ 4,6 bilhões, o que representa uma queda de 3,4%, em relação ao mesmo período do ano passado. A questão chave é que não se observa, na margem, uma tendência de desaceleração em relação ao déficit oriundo dos serviços de fatores, seja em relação ao envio de lucros e dividendos para o exterior, seja em relação aos juros, cuja remessa esperada para o segundo semestre deste ano é superior a US\$ 5,2 bilhões.

As captações de recursos externos no primeiro semestre foram 44% superiores às observadas em igual período de 1996, somando US\$ 52 bilhões. Somadas aos ingressos ocorridos em julho, levaram as reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, para o nível recorde de US\$ 60,3 bilhões. Ainda assim, é importante notar que as reservas têm flutuado muito de um mês para outro em função tanto das amortizações, que neste ano devem ser recordes (com um valor estimado em US\$ 22 bilhões, embora se espere um declínio para o ano que vem) quanto dos ingressos associados às privatizações.

No último trimestre houve uma interrupção na trajetória de queda dos juros que vinha sendo capitaneada pela diminuição da TBC. Essa postura cautelosa do governo reflete não apenas o receio em relação à conjuntura internacional -- com a possibilidade do aumento da taxa dos federal funds pelo FED norte-americano e, mais recentemente, a crise no sudeste asiático -- mas também as incertezas quanto ao rumo da atividade econômica no plano doméstico. Em vista desse quadro, o Conselho Monetário Nacional ao invés de lançar medidas rígidas de aumento dos juros e controle de demanda, optou por uma ação apenas profilática de aumento do IOF na margem, para operações creditícias de prazos mais longos, e por medidas que restaurassem os fluxos externos (dentre elas a que voltou a possibilitar aos bancos manter aplicados em títulos públicos os recursos ingressados pela Res. 63 e não repassados aos tomadores finais).

Em relação aos juros, percebeu-se no último trimestre uma diminuição do spread bancário. Isso ocorreu pela queda das taxas ativas das instituições financeiras, uma vez que suas taxas passivas mantiveram-se perto ao patamar ditado pela TBC, ao redor de 1,58% ao mês nesses últimos meses.

O total de haveres financeiros na economia sofreu um aumento de 4,4% no trimestre, correspondendo à remuneração média de seus componentes. Nos últimos 12 meses esse crescimento foi de 25,4%, ao passo que a base monetária e o M1 expandiram-se 41,6 e 53,6% no mesmo período. A causa desse aumento do coeficiente de mo-

netização da economia está ligada à implementação da CPMF, que tornou menos atrativas as aplicações em FIF-curto prazo; desse modo, os recursos terminaram por migrar para os depósitos à vista. Um outro fato interessante ocorrido no último trimestre foi o crescimento mensal da carteira de títulos privados em ritmo superior ao da carteira de títulos públicos -- ao contrário do ocorrido em 1996, quando o estoque de CDB's em poder do público cresceu -0,54% na média mensal, bem abaixo dos 5,45% a.m. da carteira de títulos públicos federais em poder do público não-financeiro. Isto pode ter significado um aumento do funding bancário que, traduzido em aumento de operações de créditos e negócios, ajuda a explicar o aquecimento da atividade econômica registrado nesse período.

Em relação ao quadro externo, merecem destaque dois pontos positivos: em primeiro lugar, afastou-se (pelo menos no curto prazo) a possibilidade de um aumento das taxas dos federal funds pelo Federal Reserve dos Estados Unidos. Em segundo lugar, a crise asiática não parece ter irradiado maiores problemas para os países latino-americanos, pelo menos no que se refere aos fluxos de recursos externos. Finalmente, como o nível de atividade econômica não tem dado sinais de superaquecimento, a maior limitação à possibilidade da autoridade monetária lançar mão de novas medidas destinadas à redução da taxa de juros continuam sendo o elevado nível do déficit em transações correntes e a necessidade de seu financiamento, o que exige a manutenção do cupom cambial.

Do lado fiscal, em função exclusivamente da receita com a CPMF (R\$ 3 bilhões), o volume de arrecadação tributária (R\$ 51,7 bilhões) cresceu 5,7% em termos reais no primeiro semestre de 1997, quando comparado ao mesmo período de 1996. Descontado este fator, o fraco desempenho da tributação (queda de 0,4%, apesar do crescimento do PIB de 5%) pode ser creditado basicamente às quedas acumuladas, até junho, de 17,5% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de 6,3% da arrecadação do PIS/PASEP. As reduções de alíquotas decorrentes da Lei 9.430/96 e dos lucros das empresas de grande porte constituem o principal motivo da queda observada no IRPJ.

Em relação às despesas fiscais, o Tesouro Nacional totalizou (no conceito de regime de competência) gastos da ordem de R\$ 48,3 bilhões ao longo do semestre, montante que exibiu um crescimento real de 3,7% quando comparado ao primeiro semestre de 1996. Este resultado deveu-se, fundamentalmente, à elevação de 34,6% registrada na rubrica "outros custeios e in-

vestimento” e de 9,4% nas despesas vinculadas. As despesas com juros reais chegaram a R\$ 6,4 bilhões no período, implicando um crescimento de 41,2% em relação ao mesmo período de 1996.

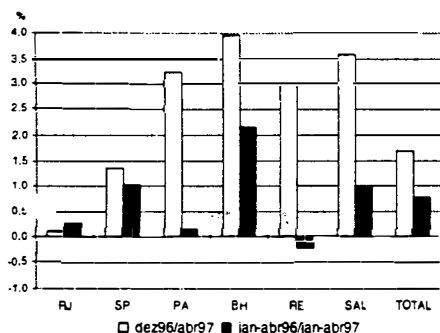
Em decorrência das trajetórias das receitas e despesas em 1997, o Tesouro Nacional acabou registrando no primeiro semestre do ano (a preços de junho), um déficit operacional de R\$ 2,3 bilhões, 60% superior

ao valor observado no mesmo período de 1996 (R\$ 1,41 bilhões). Já os dados disponíveis das contas do setor público consolidado apontam para uma variação do déficit acumulado em 12 meses, no conceito operacional, de 3,88% do PIB em dezembro de 1996 para 3,47% do PIB em maio de 1997, fruto da melhora obtida no déficit primário dos Estados e Municípios (queda de 0,57% do PIB para 0,19% do PIB).

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

No primeiro quadrimestre de 1997 a População Economicamente Ativa (PEA), que havia declinado no final de 1996, voltou a crescer, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, refletindo o aumento progressivo da atratividade do mercado de trabalho com a retomada do ritmo normal de funcionamento do mercado, após a retração característica de início de ano. Conforme pode ser verificado na Tabela A.1.1 do Anexo Estatístico, para o conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa, nestes quatro meses a PEA cresceu 1,7% (o que corresponde a um ingresso líquido de 269 mil pessoas na força de trabalho), enquanto tomando abril de 1996 como referência houve também uma expansão, embora de magnitude inferior (0,4%). Alternativamente, comparando-se a média deste primeiro quadrimestre com aquela para igual período no ano anterior, a elevação é da ordem de 0,8%. O aumento da PEA neste ano foi menos pronunciado justamente nas duas maiores metrópoles - 1,4% em São Paulo e apenas 0,1% no Rio de Janeiro, de tal sorte que as demais regiões apresentam elevações mais expressivas, chegando a 4,0% no caso de Belo Horizonte.

GRÁFICO 1
Variação da PEA por região metropolitana

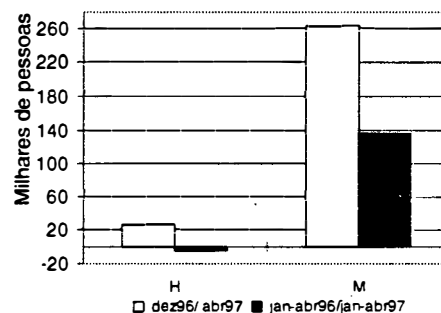


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Um comportamento bastante diferenciado também é observado no que concerne ao corte por gênero (Tabela A.1.2, no Anexo), pois enquanto neste período houve a entrada de apenas 27 mil homens na força de trabalho (ou seja, um aumento de 0,3%), no caso das mulheres o incremento foi de

cerca de 262 mil (equivalente, em termos relativos, a 3,9%), de tal sorte que as mulheres passaram a constituir mais de 40% da PEA metropolitana. Esta assimetria fica ainda mais clara quando se contrastam as médias dos primeiros quatro meses de 1997 com as de igual período em 1996: neste caso observa-se uma expansão da PEA feminina superior a 200 mil trabalhadoras, enquanto a PEA masculina diminuiu, ainda que ligeiramente.

GRÁFICO 2
Variação da PEA por Gênero



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Este padrão observado para a força de trabalho está vinculado, naturalmente, aos movimentos da taxa de participação. Em termos agregados esta passou de 58,14% em dezembro de 1996 para 58,74% em abril último (a média do período, todavia, é mais de um ponto percentual inferior a sua correspondente em 1996). Houve um aumento generalizado ao longo das regiões, com exceção do Rio de Janeiro. A participação feminina cresceu de 43,31% para 46,61% nestes quatro meses, ao passo que a masculina apresentou uma pequena contração (Tabela A.1.5).

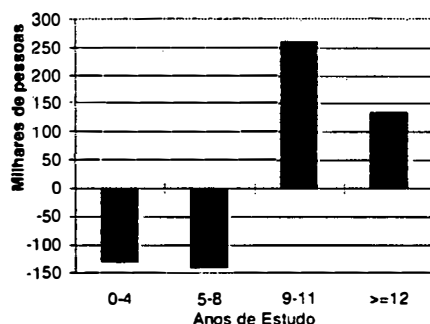
NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Em que pesem as pequenas variações nas taxas de participação, o nível de ocupação seguiu, em linhas gerais, o mesmo comportamento da PEA. Houve um incremento de 126 mil postos de trabalho nos quatro primeiros meses, valendo destacar que a região onde este processo foi mais intenso foi Belo Horizonte (46 mil novos empregos), seguida de Porto Alegre (32 mil). No outro extremo, o Rio de Janeiro experimentou uma perda líquida de 2 mil postos de trabalho.

Os dois setores que geraram mais empregos no início de 1997 foram o de serviços (108 mil) e a administração pública (70 mil). Apesar de mostrar alguma recuperação nos últimos meses, a indústria de transformação ainda possui um nível de emprego inferior ao de dezembro passado (menos 4 mil postos de trabalho). Por si só este decréscimo não é surpreendente, haja vista que tradicionalmente este segmento emprega menos neste período. Todavia, se comparada a média destes primeiros quatro meses com a correspondente para 1996, a redução, além de tornar-se mais expressiva (menos 79 mil empregos), confirma a continuidade do processo de destruição de empregos no setor industrial. Outro setor que experimentou contração no nível do emprego no início de 1997 foi o da construção civil (menos 10 mil) mas, contrariamente ao caso da indústria, a comparação com 1996 revela um pequeno crescimento.

Um aspecto digno de atenção em relação à composição do pessoal ocupado diz respeito ao corte segundo nível de instrução, pois, mantendo a tendência já assinalada no número anterior desta publicação, houve novas perdas líquidas de emprego para o contingente de trabalhadores com menor grau de escolaridade em 1997 (menos 129 mil empregos para aqueles com até quatro anos de estudo, e menos 140 mil para os que têm entre cinco e oito anos de escolaridade). Conforme pode ser constatado no gráfico a seguir, o mesmo não ocorreu com os trabalhadores mais instruídos que, ao contrário, lograram obter incrementos significativos no nível de emprego (quase 400 mil, quando tomados em conjunto). Uma rápida inspeção da Tabela A.2.6, no Apêndice Estatístico, revela que o mesmo padrão é observado em termos das médias dos primeiros quatro meses deste ano vis-à-vis as do ano passado.

GRÁFICO 3
Var. do nível de ocupação por grau de escolaridade (Dez/96-Jan/97)



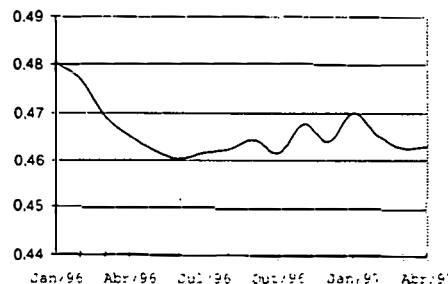
Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PMEABGE.

INFORMALIDADE

Um fato que chama atenção na análise da composição do emprego conforme o tipo de inserção no mercado de trabalho (Tabela A.2.3) é que a maior parte da expansão se deu através da condição de empregador, que respondeu por 67 dos 126 mil novos postos de trabalhos gerados em 1997. A seguir vem o trabalho assalariado com carteira assinada (41 mil) e sem carteira assinada (22 mil), sendo que o trabalho por conta própria apresentou uma redução absoluta (menos 9 mil) nos primeiros meses do ano. Já em termos de média, o emprego com carteira foi a única forma de inserção que sofreu retração quando se compararam intervalos de tempo equivalentes em 1997 e 1996. Cumpre destacar, todavia, a grande semelhança da composição do emprego no mês de abril de 1996 e 1997: a participação do trabalho com carteira varia 46,5% da PEA ocupada para 46,3%, enquanto o grupo dos sem carteira fica estável em 25,1% e os trabalhadores de conta própria passam de 22,5% para 22,9%.

Esta semelhança entre a composição do emprego por posição na ocupação se traduz na estabilização do grau de formalização da economia, entendido aqui justamente como a proporção de trabalhadores com carteira no total de ocupados. De fato, conforme retratado no gráfico abaixo, após um longo período de queda, o grau de formalização voltou a crescer na segunda metade do ano passado e estabilizou-se no início do corrente. Sem dúvida a recuperação dantes observada foi, conforme enfatizado em edição anterior, afetada por fatores sazonais. De qualquer maneira, a constatação de que a virada do ano foi marcada por uma relativa constância da formalização é auspiciosa quando se considera que em igual período do ano anterior, quando em princípio o efeito sazonal era o mesmo, ela vinha declinando. Assim, parece respaldada a hipótese que o movimento em direção a uma maior informalização das relações de trabalho, tenha ele sido de cu-

GRÁFICO 4
Evolução do Grau de Formalização



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PMEABGE.

nho estrutural ou não, pode ter chegado a termo.

DESEMPREGO

DESEMPREGO ABERTO

Depois de ter apresentado sucessivas quedas durante o segundo semestre de 1996, chegando a atingir 3,81% no mês de novembro, a taxa de desemprego aberto, conforme os dados da PME, situou-se em patamares ao redor de 6% no início deste ano. Este fato tem suscitado crescente preocupação por parte de diferentes setores da sociedade. Por certo tais preocupações são válidas e mesmo bem-vindas. Não obstante, algumas qualificações se fazem necessárias.

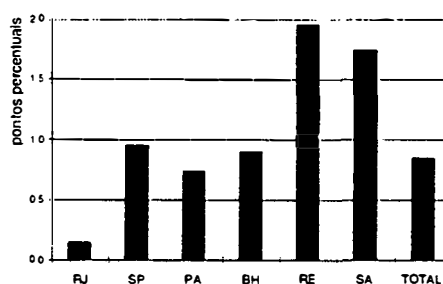
Primeiro, em boa medida este aumento na taxa de desemprego no início do ano seria de resto esperado, uma vez que tradicionalmente estes meses são marcados, *ceteris paribus*, por uma redução do dinamismo do mercado de trabalho. Com a passagem deste período e consequente retomada do ritmo normal de atividade, a tendência seria no sentido de que o desemprego viesse a diminuir paulatinamente. Este foi, conforme pode ser observado no gráfico da capa, o comportamento observado em 1996, quando a taxa de desemprego atingiu um pico em fevereiro, permaneceu estável (e relativamente elevada) nos três meses seguintes, e entrou em franco declínio a partir do meio do ano.

Segundo, vale atentar na tabela A.4.1.1, que as taxas de desemprego neste começo de ano, ainda que mais elevadas que no final do ano passado, encontram-se em níveis similares, ou mesmo inferiores, aos que prevaleceram no início de 1996. Em termos médios, neste período de quatro meses, o desemprego em 1997 foi de 5,84%, contra 6,02% em 1996.

Ou seja, pelo menos até o momento, o quadro do emprego em 1997 parece seguir o padrão observado no ano anterior. Resta conjecturar a respeito das possibilidades de sua evolução no futuro próximo. Qualquer análise mais concreta, neste sentido só poderá ser desenvolvida a partir da divulgação dos dados dos meses seguintes, particularmente o de junho (PME de julho), que foi onde ocorreu o início da queda em 1996. De qualquer modo, as expectativas reinantes em relação a um desempenho satisfatório dos segmentos da indústria e da construção civil (que são os dois setores com maior desemprego - Tabela A.4.3), com reflexos diretos no nível de atividade econômica, permitem manter algum grau de otimismo no que toca a uma evolução favorável do emprego.

Neste particular, é importante ter em mente que um bom desempenho destes setores afetaria em maior escala a região de São Paulo que, dado seu maior peso relativo, é justamente aquela que vem "ditando" o desempenho da taxa de desemprego metropolitano. De fato, com exceção das metrópoles do Nordeste, que mostram uma elevação no desemprego da ordem de 2 pontos percentuais em 1997, São Paulo é o local com maior crescimento - de 5,95% em dezembro de 1996 passou para 6,90% em abril último. A segunda região com maior peso no cálculo do índice agregado, o Rio de Janeiro, foi a que apresentou a menor variação - apenas 0,14% (ver Gráfico).

GRÁFICO 5
Variação absoluta no desemprego por região metropolitana (Dez/96 a Abr/97)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Outras características a serem ressaltadas quanto ao desemprego são:

- A elevação nas taxas de desemprego aberto nos últimos meses foi também, de modo geral, captada pela PED (Tabela A.4.1.2);
- as taxas de desemprego entre homens e mulheres foram ambas, em média, inferiores às verificadas para a mesma época em 1996. O diferencial entre o desemprego masculino e o feminino, todavia, ampliou-se ao longo deste ano (Tabela A.4.2);
- No que se refere à posição na família (Tabela A.4.4), embora crescendo para todas nestes primeiros meses, a média de 1997 revela um ligeiro aumento do desemprego entre os chefes de família quando comparada ao mesmo período de 1996, havendo queda para os cônjuges, filhos e agregados. Desta forma, os chefes de família passaram a responder por cerca de 31% do contingente de desempregados;
- todos os grupos educacionais experimentaram um aumento na taxa de desemprego em 1997, sendo que ele foi mais intenso para aqueles com entre cinco e oito anos de estudo. Todos os gru-

pos, contudo, apresentam taxas médias inferiores às do começo do ano anterior;

- quanto à duração do desemprego, houve uma redução sensível dos desempregados que estão nesta condição há menos de três meses, com um correspondente aumento que estão procurando emprego há mais tempo, o que, em boa medida, constitui um reflexo direto do aumento das taxas de desemprego nos últimos meses.

DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto, seja por desalento ou precariedade, apresentou uma pequena elevação nos últimos meses nas regiões metropolitanas para onde há informação disponível, com exceção do Distrito Federal, que apresentou algumas oscilações (Tabelas A.4.1.3 e A.4.1.4).

SEGURO-DESEMPREGO

Com o aumento das taxas de desemprego mensais na virada do ano, observou-se também uma elevação no número de trabalhadores que pleitearam o seguro-desemprego, principalmente em janeiro e abril (Tabela A.5.1). Em que pese a taxa de concessão deste benefício haver oscilado, o número de segurados aumentou (embora esteja ainda abaixo do verificado no início de 1996). Quanto ao valor médio do seguro-desemprego, observou-se uma estabilidade quando expresso em termos de múltiplos do salário mínimo, o que se traduziu em ligeira perda em termos reais, haja vista a perda do valor real deste último (os dados são referentes ao período anterior à última elevação do salário mínimo).

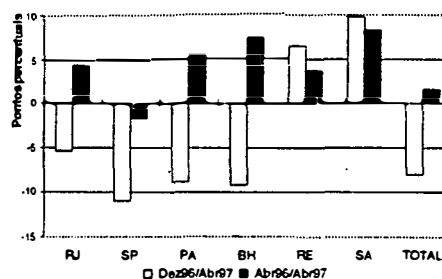
RENDIMENTOS

Após ter atingido um pico no mês de dezembro último, a renda real média caiu nos quatro meses subsequentes, com um declínio acumulado de 8% no período. Este fenômeno já havia ocorrido, embora em menor escala, no início de 1996. De qualquer modo, a renda real em abril deste ano ainda é cerca de 2% superior à de 12 meses antes, o mesmo ocorrendo em termos das respectivas médias para o primeiro quadrimestre (Tabela A.7.1).

Ao nível de região metropolitana, a redução foi mais acentuada em São Paulo (10,9%), sendo que em Recife e Salvados, que são aquelas com as menores rendas, observaram-se aumentos reais - 6,5% e 9,8%, respectivamente. Da mesma forma, é também São Paulo a única região que apresenta um quadro desfavorável em relação ao ano anterior, tanto na comparação ponto a ponto quanto em termos médios. Salvador

GRÁFICO 6

Variação da Renda Real por Região Metropolitana



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/BGE.

no outro extremo, é a região que ostenta os maiores ganhos.

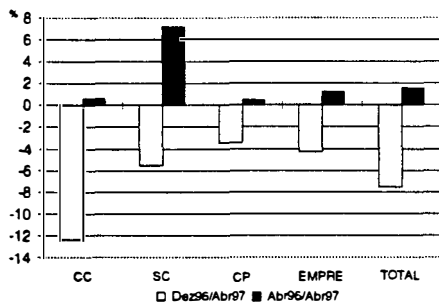
Em termos de setor de atividade, o da Construção Civil é o único que experimentou evolução favorável no quadrimestre (sendo que isto se deve basicamente à recuperação observada no mês de abril), e também o que apresenta ganhos mais expressivos em relação a 1996 (Tabela A.7.2). O setor de Serviços, ainda que permanecendo em patamares superiores aos de um ano atrás, sofreu perdas significativas nos últimos meses. Perdas similares ocorreram no Comércio (em torno de 6%), sendo que para este último a média dos primeiros quatro meses de 1997 está apenas 0,7% acima da correspondente para 1996. A Indústria de Transformação foi um dos segmentos mais atingidos, acumulando perdas próximas à marca de 15% em 1997.

Apesar das perdas terem ocorrido para todas as formas de inserção no mercado de trabalho, elas se manifestaram de forma mais intensa entre os assalariados com carteira (12,3%) do que entre os sem carteira (-5,4%) e os trabalhadores por conta própria (-3,5%) (tabela A.7.3). Consequentemente, os diferenciais de rendimentos por posição na ocupação caíram. Entre os com carteira e os sem carteira este diferencial passou de 40,5% em dezembro/96 para 30,2% em abril/97, enquanto entre os com carteira e os autônomos a redução foi de 25,9% para 14,4% no mesmo intervalo (Tabelas A.9.3 e A.9.4). É importante notar, todavia, que a comparação com o ano anterior continua sendo favorável para todos os trabalhadores, principalmente para o grupo dos assalariados sem carteira de trabalho (Gráfico abaixo).

Alguns outros aspectos que merecem ser destacados no que toca aos rendimentos reais são:

- as mulheres foram mais atingidas pelas perdas, notadamente até o mês de março, o que suporta a idéia defendida em edição de anterior de que elas são mais

GRÁFICO 7
Variação da Renda Real por Posição na Ocupação

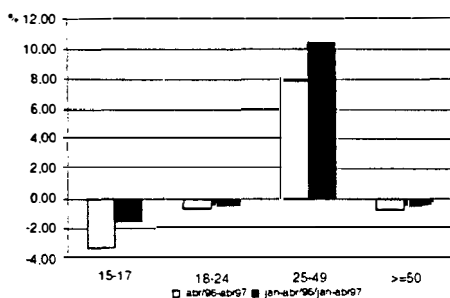


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

vulneráveis ao grau de dinamismo do mercado de trabalho. Não obstante, a sua posição relativa à dos homens melhorou em relação ao observado no início do ano passado, conforme pode ser verificado na Tabela A.7.4;

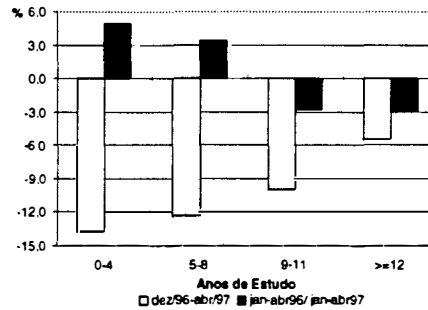
- os trabalhadores que lograram obter ganhos em relação ao ano anterior foram aqueles situados na dita prime age, ou seja, entre os 25 e 49 anos de idade. Nas demais faixas etárias houve ligeiros decréscimos de renda em termos da média do início de 1997 em relação à de 1996 (Gráfico 8);
- houve uma reversão no padrão de evolução dos rendimentos reais por grau de instrução até então observado. Nos últimos meses, apesar da queda ter sido generalizada, os grupos onde a diminuição de rendimentos foi maior foram os de menor escolaridade (0 a 4 e 5 a 8 anos de estudo). Quando se compararam as médias dos primeiros quadrimestres de 96 e 97, contudo, estes dois grupos apresentam ganhos (5,0% e 3,4%, respectivamente), enquanto aqueles com mais instrução, ao contrário, mostram redução de renda (-2,8% para aqueles com de 9 a 11 anos de estudo, e -3,0% para os com 12 ou mais), conforme retratado no último Gráfico

GRÁFICO 8
Variação da Renda Real por Faixa Etária



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

GRÁFICO 9
Variação na Renda Real por Grau de Instrução



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

PRODUTIVIDADE

A produtividade na Indústria de Transformação, seja por trabalhador seja por hora paga, após ter caído em dezembro e janeiro, voltou a elevar-se em fevereiro e março (Tabela A.8.1). Uma possível explicação para a queda na virada do ano pode estar associada à elevada incidência de férias coletivas, ou mesmo individuais, naqueles meses, que se seguem ao encerramento do ciclo de formação de estoques para as festas natalinas. Ou seja, apesar de uma natural queda no volume da produção, o número de trabalhadores e/ou horas pagas mantêm-se relativamente constante, o que implica uma aparente redução na produtividade que, no final das contas, apenas reflete uma deficiência na forma de medi-la. De qualquer maneira, cumpre destacar que, de acordo com os índices obtidos a partir das informações constantes da PIM/IBGE, a produtividade média no primeiro trimestre de 1997 foi cerca de 20% superior à do mesmo período em 1996.

Os dados em nível setorial mostram que os ganhos de produtividades ocorreram em praticamente todos os setores de atividade no primeiro trimestre, as exceções ficando por conta dos segmentos de Extrativa Mineral e Bebidas. Quando se contrastam as médias do início deste ano com as dos primeiros três meses de 1996, uma vez mais têm-se ganhos apreciáveis ao longo dos setores, com exceção dos casos de Material de Comunicações e Fumo (Tabelas A.8.2 e A.8.3).

ATIVIDADE SINDICAL

Segundo os dados da Fundação Seade/DIEESE (conjunto de Tabelas A.10), tanto o número de greves quanto o número de grevistas e a quantidade de trabalhadores-hora parados em função delas vêm se reduzindo nos últimos meses vis-à-vis o ocorrido nos meses correspondentes do ano passado. Vale notar, esta queda teve lugar em diferentes contextos, dado que no período tanto as taxas mensais de desemprego quanto os rendimentos reais mostraram incrementos ora positivos ora negativos, o que permite levantar a hipótese de que o poder de barganha dos sindicatos venha diminuindo.

Grau de formalização, nível e qualidade do emprego no mercado de trabalho metropolitano do Brasil

Lauro Ramos*

José Guilherme Almeida Reis**

23

Mercado de Trabalho
CONJUNTURA E ANÁLISE

1. INTRODUÇÃO

E notório que a questão do emprego vem ocupando um lugar de destaque na agenda de preocupações da sociedade brasileira nos dias correntes. É bem verdade que, em boa medida, isto ocorre como consequência dos próprios resultados positivos gerados pelo plano de estabilização, em particular a redução das taxas de inflação. Isto porque esta questão já se fazia presente anteriormente, mas acabava por demandar menor atenção tendo em vista que a preocupação dos agentes econômicos estava quase que totalmente concentrada em, na medida do possível, encontrar meios de conviver com o processo inflacionário que afetava de forma marcante o seu cotidiano. Não obstante essa ressalva, é inegável que o funcionamento do mercado de trabalho vem sendo influenciado por uma série de transformações na esfera macroeconômica, como a estabilização em si, a política de abertura comercial e o processo de privatização, o que traz consequências diretas no nível de emprego da indústria, setor público e setor financeiro, tradicionalmente encarados como "bons" empregos.

Se, por um lado, o mercado tem demonstrado capacidade de manter as taxas de desemprego em níveis baixos para o padrão internacional, por outro parece haver um quase consenso de que os empregos gerados para substituir aqueles supracitados são de qualidade inferior. Na verdade esta percepção deve-se ao fato que, em grande extensão, os novos postos de trabalho, seja no período imediatamente anterior ao Plano Real ou mesmo depois dele, têm sido criados no chamado "setor informal" da economia (usualmente entendido como emprego assalariado sem carteira de trabalho assinada ou trabalho por conta própria). De fato, as estatísticas disponíveis mostram um crescimento significativo da informalidade nas relações de trabalho ao longo desta década, aparentemente respaldando a visão de que o emprego vem se tornando mais precário em termos qualitativos. Em trabalho recente,¹ todavia, Ramos e Reis (1997) mostram que ligeiras qualificações a respeito do que seria um emprego de qualidade, como controles por rendimento e escolaridade, produzem alterações significativas na avaliação da tendência de evolu-

ção da precariedade do emprego metropolitano.

Neste contexto, o objetivo desta nota é o de aprofundar a análise desenvolvida em Ramos e Reis (1997), com vistas tanto à consideração de novos elementos relacionados com a mudança da composição do emprego e no perfil dos trabalhadores por conta própria quanto no tange à uma breve avaliação das diferenças no comportamento de indicadores do desempenho do mercado de trabalho ao longo das regiões metropolitanas constantes da Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

2. FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

Muito tem sido dito a respeito da queda do grau de formalização das relações trabalhistas. Embora indiscutível, há que se atentar para a existência de uma superestimação desta queda pois como por força do próprio desenho do questionário da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, que normalmente serve de base para o cômputo desta estatística, os funcionários públicos não são prontamente identificados, eles acabam sendo incorporados ao setor informal, haja vista que não possuem carteira de trabalho. Isto gera um viés pois, apesar de não possuírem carteira, estes trabalhadores encontram-se ao abrigo da legislação trabalhista e deveriam, portanto, ser contabilizados no setor formal (ou "protegido").

Isto posto, a Tabela 1 a seguir apresenta um panorama da evolução do nível do emprego nos setores formal (trabalhadores com carteira e funcionários públicos)² e informal (sem carteira e autônomos)³ ao longo desta década, através das informações relativas a janeiro de 1991, julho de 1994 e abril de 1997. O nível do emprego metropolitano aumentou em cerca de 750 mil postos de

*DIPES/IPEA e USU/Rio.

**CNI.

¹"Mercado de Trabalho e Geração de Empregos no Brasil", apresentado na seção de Emprego e Crescimento do IX Fórum Nacional (Rio de Janeiro, maio de 1997).

²Para permitir a identificação e cômputo dos funcionários públicos foi desenvolvido um algoritmo baseado no cruzamento de ocupações e ramos de atividade típicos do Estado, a partir das informações existentes a respeito destas variáveis nas PMEs. Maiores informações a este respeito encontram-se disponíveis com os autores.

³Os empregadores não foram contabilizados em nenhum dos dois setores, embora o tenham sido no total.

TABELA 1

Composição do emprego: Setor formal e setor informal (meses selecionados)

MÊS	01/91	07/94	04/97
Nível do Emprego	14755677	15516805	16277577
Setor Formal	8900932	8803414	8733731
Setor Informal	5089483	5949535	6710569
Conta Própria	2920602	3328106	3769347
Sem Carteira	2168881	2621429	2941312

Elaboração própria a partir dos dados da PME.

trabalho nos três anos e meio que antecederam o Plano Real, e outro tanto nos quase três anos que se seguiram. Nestes mesmos intervalos observaram-se reduções absolutas iguais a 98 mil e 69 mil empregos, respectivamente, no setor formal. Ou seja, o setor informal foi responsável por mais de 100% da expansão do nível do emprego nos anos 90, tanto antes quanto depois do plano de estabilização. A diferença entre os dois períodos reside na constatação que, na primeira parte, o crescimento mais expressivo ocorreu sob a forma de assalariamento sem carteira (452 mil contra 408 mil sob a forma de autônomo), enquanto na segunda o trabalho por conta própria foi mais importante (crescimento de 441 mil contra 320 mil dos sem carteira).

Na Figura 1 são contrastadas as evoluções do grau de formalização no mercado de trabalho metropolitano com (GF) e sem (GF') a inclusão dos funcionários públicos. Pode-se observar que a evolução dos dois índices é bastante semelhante, com ambos apresentando uma tendência quase que contínua de queda nos anos 90, inclusive no período pós-Real, e uma incipiente estabilização a partir de meados de 1996. O ponto mais importante, todavia, é que existe uma diferença não desprezível entre os níveis absolutos dos dois indicadores: enquanto a medida tradicional indicava, em abril de 1997, um grau de formalização 46,5% da força de trabalho, o índice corrigido apontava para 53,7%. De qualquer forma, em que pese esta diferença e a recente contenção da queda, é inescapável a

conclusão que o grau de formalização é baixo.

Uma qualificação a ser feita diz respeito à conotação negativa que é emprestada a esta queda. De fato, o segmento formal da economia sempre foi associado à oferta de bons postos de trabalho e, de forma complementar, o setor informal associado a empregos de baixa qualidade. Embora as distorções inerentes a esta caracterização simplista não sejam desconhecidas dos especialistas na área, elas acabaram por não ser objeto de maiores questionamentos na medida em que a magnitude do viés subjacente tende a ser estável em um contexto marcado pela ausência de mudanças mais significativas no *modus operandi* do mercado de trabalho, em particular no que se refere ao perfil dos trabalhadores nos diversos segmentos deste mercado. Isto não é, contudo, o que vem ocorrendo em período recente do mercado brasileiro que, por uma série de razões apontadas no início desta nota, vem passando por alterações estruturais que implicaram mudanças no perfil de trabalhadores e características dos postos de trabalho no setor informal, principalmente no que tange aos trabalhadores por conta própria. Este ponto será analisado mais detidamente na próxima seção.

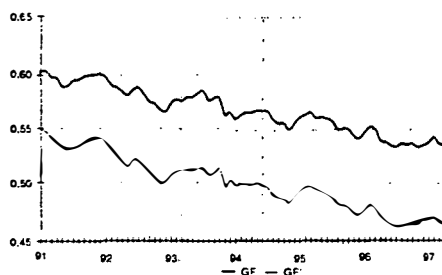
3. A EVOLUÇÃO DO PERFIL DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

A pressuposição de que o perfil dos trabalhadores do setor informal tem permanecido inalterada, embutida na avaliação do grau de formalização como um indicador qualitativo do emprego, é particularmente questionável no que diz respeito aos trabalhadores por conta própria, tendo em vista o processo de reorganização da estrutura produtiva do setor industrial, em boa extensão através do recurso à chamada "terceirização" de atividades antes realizadas no âmbito das firmas. Nestes termos, é lícito conjecturar que possa ter havido uma migração de profissionais qualificados para o setor informal, na condição de trabalhadores por conta própria com capacidade, ao menos em parte, de manter níveis elevados de remuneração.

No sentido de verificar a procedência ou não desta hipótese, foram construídos alguns índices que levam em consideração a

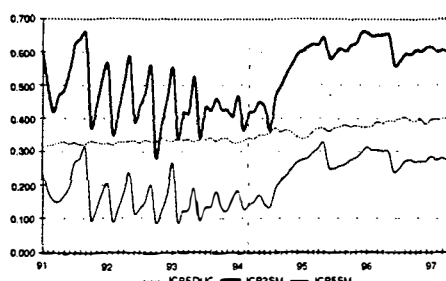
FIGURA 1

Evolução do grau de formalização Brasil Metropolitano (PME)



escolaridade e os rendimentos destes trabalhadores, e computada a sua evolução ao longo desta década. São eles: (i) ICPEDUC, que corresponde à proporção dos trabalhadores autônomos que possui pelo menos oito anos completos de estudo; (ii) ICP2SM, que é a proporção dos autônomos que recebem pelo menos dois salários mínimos por mês; e (iii) ICP5SM, igual à proporção dos autônomos que recebem pelo menos cinco salários mínimos por mês. Os resultados são apresentados na Figura 2, a seguir.

FIGURA 2
Evolução do perfil dos trabalhadores por Conta Própria - 1991 a 1997
Brasil Metropolitano (PME)



Em relação à escolaridade deste contingente de trabalhadores, percebe-se uma elevação praticamente constante no ICPEDUC, cujo valor passou de 0,31 no início de 1991 para 0,40 nos primeiros meses de 1997, sendo que este aumento de 9 pontos percentuais foi distribuído de forma equilibrada entre os períodos pré e pós-Real, conforme pode ser visualizado na Figura 2. Quanto ao ICP2SM (fração dos trabalhadores por conta própria que percebem dois ou mais salários mínimos por mês), o comportamento é bastante distinto pois, apesar da série ser bastante "nervosa" em função dos frequentes reajustes do salário mínimo na época, na primeira metade do período a tendência é claramente declinante (ocorre uma queda de 0,59 para 0,37 entre janeiro de 1991 e julho de 1994), contrastando com uma acentuada recuperação no período pós-Real (atingindo 0,60 em abril do corrente). O mesmo padrão é observado para o ICP5SM: uma redução 0,24 para 0,14, seguida de uma recuperação de for-

ma a atingir 0,27 na última informação disponível.

Estes indicadores apontam para uma elevação da qualificação dos trabalhadores autônomos, acompanhada de um declínio nos rendimentos no período pré-Real e uma recuperação posterior. Resta verificar em que medida existe alguma correlação entre estes dois fenômenos. Para tanto são apresentadas algumas informações na Tabela 2. Pode-se observar que, sem constituir surpresa, a mão-de-obra mais qualificada neste segmento tem uma maior capacidade de auferir rendimentos mais elevados, independentemente dos efeitos conjunturais sobre o desempenho do mercado de trabalho, não obstante esta capacidade ser afetada pelo ambiente macroeconômico (na medida em que se constata que mesmo para aqueles com maior escolaridade há uma redução sensível de rendimentos ao longo do período de aceleração inflacionária, processo este que é amplamente revertido durante o período de estabilização).

A combinação destas evidências sugere que, de fato, o perfil dos trabalhadores por conta própria vem mudando ao longo desta década no que diz respeito à qualificação, e que esta maior qualificação vem acompanhada de rendimentos mais elevados em um ambiente de estabilização de preços na economia. Sendo assim, a utilização direta do tamanho do setor informal como sinônimo de precariedade do emprego torna-se questionável e merecedora de algumas ressalvas.

4. A EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DO EMPREGO METROPOLITANO

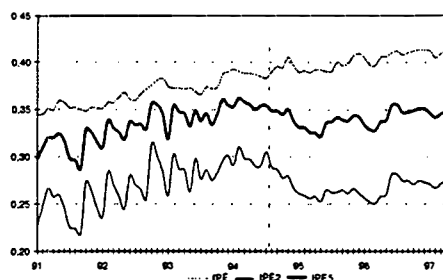
No sentido de avaliar a evolução qualitativa do emprego metropolitano e, principalmente, sua sensibilidade à medida tradicional, foram computados três indicadores de precariedade do emprego: (i) o IPE, que corresponde à prática usual de associar o setor informal (empregados sem carteira e trabalhadores autônomos) à idéia de emprego precário; (ii) o IPE2, que exclui deste contingente os trabalhadores por conta própria que percebem mais de dois salários mínimos por mês; e (iii) o IPE5, que exclui daquele grupo apenas aqueles que recebem mais de cinco salários mínimos. Os resultados para estes indicadores são mostrados na Figura 3.

TABELA 2
Composição dos Trabalhadores Autônomos por Renda e Escolaridade (meses selecionados)

MÊS	01/91			07/94			04/97		
Rendimento em SM	2-	2-5	5+	2-	2-5	5+	2-	2-5	5+
< 8 anos de estudo	47	38	15	63	22	5	48	36	16
≥ 8 anos de estudo	26	31	43	46	26	28	29	27	44

Elaboração própria a partir dos dados da PME.

FIGURA 3
Evolução da precariedade do
emprego - 1991 a 1997
Brasil Metropolitano (PME)



O comportamento dos três índices apresenta uma nítida elevação no início da década, seguida de alguma estabilidade no primeiro semestre de 1994. A partir daí as indicações são bastante distintas. Por um lado, o IPE retoma sua inclinação positiva, revelando um aumento na inserção no mercado de trabalho através da condição de "sem carteira" e "por conta própria" (o aumento acumulado no período pós-Real atinge 2,9 pontos percentuais). Por outro lado, o IPE5, após uma fase inicial de queda, permanece relativamente estável em valor pouco abaixo dos observados no início de 1994, enquanto o IPE2, apesar de algumas oscilações, acaba por estabilizar-se em valores cerca de 3 pontos percentuais inferiores aos verificados no período imediatamente anterior ao Real.

Estas constatações permitem questionar a crença corrente de que a qualidade do emprego vem deteriorando continuamente nos últimos anos. Os resultados aqui obtidos sugerem, na verdade, que a degradação na qualidade dos empregos gerados na economia não mais vem ocorrendo, ao menos no âmbito do mercado de trabalho metropolitano. Se aceitas as medidas alternativas de precariedade aqui propostas, este processo não só foi estagnado, como até mesmo revertido, nos últimos três anos, após ter se manifestado de forma marcante no início década de 90.

É importante frisar que, por certo, existe também um certo grau de arbitrariedade nestas medidas, tendo em vista que elas não estão acompanhadas de uma discussão mais detalhada em torno da conceituação do que seria um "emprego de qualidade". Há dois aspectos, contudo, que devem ser salientados a este respeito.

Primeiro, embora admitidamente limitados para capturar de forma completa os diversos aspectos associados à caracterização dos postos de trabalho como sendo de

qualidade ou não, estes índices alternativos representam um progresso em relação à postura de considerar meramente a forma de inserção no mercado de trabalho para tal fim.

Segundo, e mais importante, é que a sua construção questiona apenas a inclusão de parte dos trabalhadores por conta própria na condição de detentores de empregos precários. A inclusão do conjunto de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho não é contestada nem qualificada, uma vez que parte-se do princípio de que esta forma de inserção é, antes de mais nada, ilegal e fraudulenta, sendo lesiva não só ao próprio trabalhador mas também à sociedade como um todo, na medida em que implica privação de direitos e sonegação de tributos e encargos sociais.

Isto posto, o fato é que, a partir destes indicadores, pode-se afirmar que a natureza do processo de reestruturação do mercado de trabalho, com o enxugamento do setor protegido e a expansão do segmento de serviços, particularmente através da absorção de trabalhadores qualificados na condição de autônomos, torna necessária uma revisão da maneira como o emprego nos diversos setores tem sido tradicionalmente encarada. Posto em outros termos, o que parece indispensável enfatizar é que a importância atribuída à deterioração na qualidade do emprego no Brasil nos anos recentes não tem sido acompanhada da devida preocupação de mensurar adequadamente o fenômeno, nem mesmo em defini-lo de maneira mais precisa. E as diferentes estimativas ora apresentadas mostram que o diagnóstico pode se modificar consideravelmente ao se alterar, mesmo que ligeiramente, a caracterização do que seja um posto de trabalho de qualidade.

5. DISPARIDADES REGIONAIS NOS INDICADORES DE FORMALIZAÇÃO E PRECARIÉDADE DO EMPREGO

Dado que as disparidades regionais, não só no campo econômico, costumam ser acentuadas, é interessante contrastar a evolução dos principais indicadores discutidos nas seções anteriores ao nível das regiões metropolitanas cobertas pela PME,⁴ de modo a investigar a existência, ou não, de movimentos no sentido de uma maior homogeneidade no funcionamento destes mercados regionais.

Para avaliar este aspecto será utilizada uma medida de dispersão apropriada para tal fim conhecida como índice de dissimilaridade,

⁴ A evolução destes indicadores ao nível de cada região metropolitana é fornecida no Anexo.

em duas versões: ponderado (ID_p) e não-ponderado (ID_{np}),⁵ definidas a seguir.

Seja λ o valor do índice em questão para a r -ésima das n regiões metropolitanas e a proporção do respectivo agregado que encontra-se nesta região. Então:

$$ID_p = \left(\frac{\sum_r \alpha_r |\lambda_r - \bar{\lambda}|}{2 \bar{\lambda} (1 - \bar{\lambda})} \right),$$

onde $\bar{\lambda} = \sum_r \alpha_r \lambda_r$

De forma similar:

$$ID_{np} = \left(\frac{\frac{1}{n} \sum_r |\lambda_r - \bar{\lambda}|}{2 \hat{\lambda} (1 - \hat{\lambda})} \right),$$

onde $\hat{\lambda} = \frac{1}{n} \sum_r \lambda_r$

Os índices de dissimilaridade entre as regiões metropolitanas para os índices GF, IPE2 e IPE5 são apresentados na Tabela 3.⁶

Quanto ao grau de formalização têm-se que as diferenças regionais, após terem permanecido estáveis nos dois primeiros anos, aumentaram no meio do período, reduzindo-se significativamente em 1996. Vale destacar que a redução de ponta a ponta nestas diferenças é mais flagrante segundo o índice de dissimilaridade ponderado como reflexo do fato de São Paulo, que tem o maior peso dentre todas (0,44), ter sido justamente a região que sofreu mais em termos de eliminação de postos de trabalho no setor protegido (ver Anexo).

A dissimilaridade entre os índices de precariedade tem comportamento um pouco distinto, na medida que após uma diminuição em 1992, eles passam a aumentar, até caírem de forma acentuada em 1996. Esta última redução está diretamente associada ao fato de Salvador e Recife, as duas regiões com piores desempenhos neste aspecto, terem apresentado uma ligeira melhora neste ano, enquanto as demais, com exceção do Rio de Janeiro, mostraram deterioração na qualidade do emprego. Uma vez mais, devido ao maior peso de São Paulo, a

variação foi mais pronunciada na versão com ponderação.

A partir destas constatações, é possível inferir o que o funcionamento dos mercados de trabalho regionais em termos de formalização e qualidade do emprego tornou-se mais dispar no período 1993-1994. Nos anos mais recentes as evidências indicam uma reversão deste processo, principalmente em 1996, de tal sorte que o grau de dissimilaridade entre eles já tornou-se inferior ao que prevalecia no início da década.

6. RESUMO

Os resultados descritos nesta nota indicam que a crença generalizada de que a qualidade do emprego vem piorando continuamente nas regiões metropolitanas é bastante sensível à definição de como mensurá-la. A introdução de pequenas alterações na classificação dos trabalhadores por conta própria, leva a um diagnóstico diferente: a partir de 1994 a qualidade do emprego teria deixado de piorar e até mesmo melhorado. Independentemente do diagnóstico em si, o que parece importante destacar é que para uma discussão apropriada do que vem ocorrendo com esta dimensão do emprego é necessário que primeiro se analise, tanto no plano conceitual quanto empírico, o que seria "qualidade do emprego" e qual a forma adequada de mensurá-la, notadamente em um contexto onde o funcionamento do mercado

5 A versão não-ponderada atribui o mesmo peso a cada unidade (no caso a cada região metropolitana), independentemente do seu tamanho, enquanto a versão ponderada considera o tamanho relativo de cada unidade, de acordo com a variável relevante. Dado que os indicadores a serem examinados são o grau de formalização (GF) e os índices de precariedade (IPE2 e IPE5), então os pesos de cada região metropolitana (α_r) serão as respectivas frações da PEA ocupada metropolitana situadas em cada uma delas. Obviamente estas frações variam no tempo. Em média o peso de São Paulo é 0,440, o do Rio de Janeiro 0,250, Belo Horizonte 0,095, Porto Alegre 0,085 e Recife e Salvador 0,065 cada. Isto implica dizer que o índice de dissimilaridade ponderado é bastante afetado pelo comportamento observado nas duas primeiras regiões. Daí a razão de ser de computar-se o índice não-ponderado, que implica neutralidade em relação às mudanças em cada região. Desnecessário frisar, cada um deles tem vantagens e desvantagens, que os tornam mais ou menos apropriados conforme o objetivo que se tenha em mente.

6 Não foram incluídos os resultados para 1997 dado que as informações referem-se a um período relativamente curto e afetado por padrões sazonais, o que comprometeria a sua comparação com os outros anos.

TABELA 3
Evolução dos Índices de Dissimilaridade

INDICADOR	PERÍODO	91	92	93	94	95	96
GF	ID_p	0,059	0,059	0,061	0,057	0,050	0,029
	ID_{np}	0,065	0,064	0,072	0,085	0,084	0,059
IPE2	ID_p	0,127	0,113	0,117	0,121	0,110	0,081
	ID_{np}	0,126	0,121	0,132	0,147	0,152	0,134
IPE5	ID_p	0,109	0,094	0,098	0,107	0,110	0,080
	ID_{np}	0,107	0,103	0,111	0,126	0,134	0,108

de trabalho vem passando por grandes transformações. Por outro lado, a comparação dos desempenhos dos mercados regionais ao longo da década revela que, após

um período em que as dissimilaridades aumentaram, os últimos dois anos, em particular 1996, foram pautados por uma maior homogeneidade.

ANEXO

TABELA A.1

Evolução do Grau de Formalização (GF) por Região Metropolitana

PERÍODO	91	92	93	94	95	96
São Paulo	0,626	0,612	0,606	0,587	0,576	0,550
Rio de Janeiro	0,581	0,564	0,559	0,552	0,547	0,541
Porto Alegre	0,621	0,604	0,606	0,600	0,594	0,566
Belo Horizonte	0,583	0,573	0,568	0,555	0,562	0,543
Recife	0,513	0,490	0,477	0,467	0,458	0,471
Salvador	0,551	0,546	0,534	0,490	0,494	0,494

Elaboração a partir dos dados da PME.

TABELA A.2

Evolução do Índice de Precariedade (IPE2) por Região Metropolitana - PME

PERÍODO	91	92	93	94	95	96
São Paulo	0,199	0,228	0,239	0,245	0,222	0,238
Rio de Janeiro	0,275	0,300	0,313	0,315	0,279	0,269
Porto Alegre	0,205	0,233	0,230	0,226	0,205	0,228
Belo Horizonte	0,271	0,287	0,300	0,310	0,268	0,278
Recife	0,370	0,406	0,430	0,427	0,390	0,386
Salvador	0,331	0,347	0,366	0,411	0,379	0,373

Elaboração a partir dos dados da PME.

TABELA A.3

Evolução do Índice de Precariedade (IPE5) por Região Metropolitana - PME

PERÍODO	91	92	93	94	95	96
São Paulo	0,264	0,293	0,302	0,306	0,288	0,309
Rio de Janeiro	0,347	0,368	0,379	0,383	0,367	0,361
Porto Alegre	0,275	0,299	0,295	0,294	0,281	0,310
Belo Horizonte	0,332	0,340	0,349	0,363	0,339	0,353
Recife	0,419	0,447	0,464	0,470	0,465	0,453
Salvador	0,392	0,400	0,415	0,462	0,448	0,439

Elaboração a partir dos dados da PME.

Anexo Estatístico

ÍNDICE

A.1. População Economicamente Ativa

- Tabela A.1.1 - PEA por Região Metropolitana
- Tabela A.1.2 - PEA por Gênero
- Tabela A.1.3 - PEA por Faixa Etária
- Tabela A.1.4 - Taxa de Participação por Região Metropolitana
- Tabela A.1.5 - Taxa de Participação por Gênero
- Tabela A.1.6 - Taxa de Participação por Faixa Etária

A.2. Ocupação

- Tabela A.2.1 - Nível de Ocupação por Região Metropolitana
- Tabela A.2.2 - Nível de Ocupação por Setor de Atividade
- Tabela A.2.3 - Nível de Ocupação por Posição na Ocupação
- Tabela A.2.4 - Nível de Ocupação por Gênero
- Tabela A.2.5 - Nível de Ocupação por Faixa Etária
- Tabela A.2.6 - Nível de Ocupação por Grau de Instrução

A.4. Desemprego

- Tabela A.4.1.1 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana (PME)
- Tabela A.4.1.2 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.3 - Taxa de Desemprego Oculto por Desalento por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.4 - Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.5 - Taxa de Desemprego Total por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.2 - Taxa de Desemprego por Gênero (PME)
- Tabela A.4.3 - Taxa de Desemprego por Setor de Atividade (PME)
- Tabela A.4.4 - Taxa de Desemprego por Posição na Família (PME)
- Tabela A.4.5 - Taxa de Desemprego por Faixa Etária (PME)
- Tabela A.4.6 - Taxa de Desemprego por Grau de Instrução (PME)
- Tabela A.4.7 - Composição do Desemprego por Gênero
- Tabela A.4.8 - Composição do Desemprego por Setor de Atividade
- Tabela A.4.9 - Composição do Desemprego por Posição na Família
- Tabela A.4.10 - Composição do Desemprego por Faixa Etária
- Tabela A.4.11 - Composição do Desemprego por Grau de Instrução
- Tabela A.4.12 - Composição do Desemprego por Meses de Duração

A.5. Seguro Desemprego

- Tabela A.5.1 - Relação entre nº de Segurados e nº de Desligados

A.7. Rendimentos

- Tabela A.7.1 - Renda Real Média por Região Metropolitana
- Tabela A.7.2 - Renda Real Média por Setor de Atividade
- Tabela A.7.3 - Renda Real Média por Posição na Ocupação
- Tabela A.7.4 - Renda Real Média por Gênero
- Tabela A.7.5 - Renda Real Média por Faixa Etária
- Tabela A.7.6 - Renda Real Média por Grau de Instrução
- Tabela A.7.7 - Salário Mínimo Real

A.8. Produtividade

- Tabela A.8.1 - Produtividade na Indústria de Transformação
- Tabela A.8.2 - Produtividade do Trabalhador
- Tabela A.8.3 - Produtividade Hora Paga

A.9. Informalidade

- Tabela A.9.1 - Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.2 - Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.3 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana
- Tabela A.9.4 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana

A.10. Atividade Sindical

- Tabela A.10.1 - Número de Greves
- Tabela A.10.2 - Número de Grevistas
- Tabela A.10.3 - Número de Trabalhadores por Horas Paradas

A.1 - População Economicamente Ativa

TABELA A.1.1

PEA por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.204.911	6.882.050	1.265.524	1.425.020	1.064.382	991.916	15.833.804
Média 1992	4.188.378	6.950.524	1.289.481	1.433.546	1.096.637	1.013.773	15.972.338
Média 1993	4.225.289	6.950.642	1.305.020	1.466.491	1.097.429	1.024.841	16.069.711
Média 1994	4.238.813	7.098.983	1.410.074	1.535.401	1.103.378	1.064.028	16.450.675
Média 1995	4.283.511	7.305.510	1.407.401	1.601.919	1.111.179	1.082.323	16.791.842
Média 1996	4.348.719	7.610.333	1.452.047	1.645.679	1.122.403	1.108.000	17.287.181
Média jan/96-abr/96	4318953	7551658	1434756	1616536	1118079	1089748	17129730
Abr/96	4.373.978	7.596.985	1.461.246	1.644.933	1.129.205	1.097.941	17.304.288
Mai/96	4.362.006	7.608.401	1.441.621	1.670.286	1.104.012	1.119.151	17.305.477
Jun/96	4.324.412	7.596.579	1.436.867	1.662.379	1.095.605	1.101.378	17.217.220
Jul/96	4.327.179	7.685.216	1.463.682	1.655.816	1.160.044	1.139.971	17.431.908
Ago/96	4.387.259	7.754.648	1.479.652	1.671.693	1.154.784	1.154.111	17.602.147
Set/96	4.427.753	7.736.605	1.507.018	1.678.028	1.149.021	1.120.291	17.618.716
Out/96	4.423.207	7.678.082	1.488.403	1.672.387	1.128.610	1.108.756	17.499.445
Nov/96	4.313.894	7.538.291	1.450.841	1.642.542	1.110.572	1.107.252	17.163.392
Dez/96	4.343.102	7.519.538	1.417.459	1.628.874	1.093.878	1.086.095	17.088.946
Jan/97	4.287.596	7.648.102	1.403.768	1.609.666	1.094.673	1.069.853	17.113.658
Fev/97	4.312.508	7.677.661	1.424.042	1.646.611	1.132.733	1.095.510	17.289.065
Mar/97	4.375.996	7.566.209	1.455.598	1.655.247	1.109.374	1.111.777	17.274.201
Abr/97	4.347.547	7.621.159	1.463.278	1.693.512	1.126.812	1.124.980	17.377.288
Média jan/97-abr/97	4330911	7628283	1436672	1651259	1115898	1100530	17263553

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.2

PEA por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.741.892	6.091.912
Média 1992	9.908.400	6.063.939
Média 1993	9.888.502	6.181.209
Média 1994	10.074.915	6.375.760
Média 1995	10.178.598	6.613.245
Média 1996	10.382.906	6.904.275
Média jan/96-abr/96	10.320.372	6.809.358
Abr/96	10.341.857	6.962.434
Mai/96	10.324.493	6.980.987
Jun/96	10.344.155	6.873.064
Jul/96	10.424.538	7.007.370
Ago/96	10.564.330	7.037.819
Set/96	10.528.951	7.089.766
Out/96	10.494.837	7.004.608
Nov/96	10.310.092	6.853.299
Dez/96	10.321.991	6.766.956
Jan/97	10.278.598	6.835.058
Fev/97	10.321.159	6.967.906
Mar/97	10.323.922	6.950.277
Abr/97	10.348.524	7.028.765
Média jan/97-abr/97	10.318.051	6.945.502

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.3

PEA por faixa etária

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	750.629	3.162.811	2.445.242	4.495.320	2.934.438	1.461.602	343.043	240.719
Média 1992	707.072	3.197.979	2.395.812	4.460.699	3.083.373	1.515.130	364.299	247.974
Média 1993	667.570	3.157.700	2.386.055	4.498.875	3.233.527	1.526.224	355.625	244.137
Média 1994	670.554	3.201.067	2.452.185	4.707.173	3.325.843	1.516.904	337.767	239.181
Média 1995	688.854	3.198.817	2.418.574	4.767.522	3.494.217	1.603.134	348.488	272.237
Média 1996	693.163	3.294.474	2.402.962	4.915.111	3.660.317	1.662.422	366.096	292.635
Média jan/96-abr/96	705.450	3.328.426	2.364.561	4.889.205	3.572.091	1.627.518	359.955	282.524
Abr/96	725.121	3.374.294	2.355.137	4.946.934	3.649.915	1.617.044	356.901	278.944
Mai/96	704.860	3.317.361	2.390.086	4.994.879	3.627.909	1.635.574	362.265	272.541
Jun/96	712.923	3.258.916	2.388.177	4.919.993	3.654.683	1.627.313	352.380	302.833
Jul/96	705.365	3.308.358	2.405.561	4.973.087	3.724.387	1.663.440	349.032	302.678
Ago/96	681.236	3.324.851	2.459.112	4.998.402	3.726.352	1.734.471	365.751	311.974
Set/96	696.726	3.339.735	2.469.647	4.944.605	3.783.617	1.693.000	383.187	308.200
Out/96	680.352	3.282.639	2.485.576	4.908.566	3.755.170	1.718.769	372.502	295.871
Nov/96	673.264	3.178.905	2.399.902	4.851.182	3.696.072	1.686.521	377.053	300.492
Dez/96	641.432	3.209.225	2.379.240	4.833.798	3.667.251	1.679.903	391.160	286.936
Jan/97	620.021	3.233.620	2.359.266	4.821.868	3.722.955	1.682.664	374.779	298.483
Fev/97	614.307	3.333.817	2.353.650	4.854.540	3.731.185	1.727.418	377.390	296.758
Mar/97	637.839	3.269.282	2.349.851	4.860.705	3.750.379	1.725.289	383.304	297.550
Abr/97	646.053	3.290.728	2.362.676	4.873.923	3.838.684	1.708.389	350.014	306.822
Média jan/97-abr/97	629.555	3.281.862	2.356.361	4.852.759	3.760.800	1.710.940	371.372	299.904

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.4

Taxa de participação por região metropolitana (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	57,36	63,55	61,27	63,55	55,48	61,06	60,87
Média 1992	55,70	62,11	60,59	61,84	55,51	59,43	59,51
Média 1993	55,49	61,15	60,02	60,94	54,15	57,94	58,74
Média 1994	56,30	61,46	61,32	61,64	53,18	58,61	59,26
Média 1995	55,93	61,68	61,32	62,08	52,71	58,65	59,27
Média 1996	55,84	62,50	61,84	62,29	51,95	58,06	59,56
Média jan/96-abr/96	55,66	62,69	61,72	61,83	52,07	57,67	59,52
Abr/96	56,02	63,02	62,63	62,43	52,29	57,91	59,91
Mai/96	56,14	63,00	61,70	63,25	51,23	58,62	59,91
Jun/96	55,88	62,52	61,50	63,00	50,79	57,39	59,49
Jul/96	55,95	63,02	62,37	62,83	53,77	59,20	60,12
Ago/96	56,63	63,30	62,69	63,24	53,37	60,04	60,52
Set/96	56,59	63,10	63,48	63,01	53,07	58,46	60,33
Out/96	56,39	62,42	62,76	62,67	52,01	58,08	59,80
Nov/96	54,66	61,06	60,99	61,28	50,83	57,90	58,39
Dez/96	55,25	60,77	59,68	60,88	50,09	56,41	58,14
Jan/97	54,45	61,52	59,34	60,20	49,93	55,37	58,07
Fev/97	54,47	61,73	60,13	61,52	51,04	56,15	58,47
Mar/97	55,32	61,18	61,12	61,79	49,87	56,71	58,51
Abr/97	54,72	61,53	61,41	62,94	50,87	57,24	58,74
Média jan/97-abr/97	54,74	61,49	60,50	61,61	50,43	56,37	58,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.5

Taxa de participação por gênero (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	79,79	44,10
Média 1992	78,29	42,76
Média 1993	77,16	42,52
Média 1994	77,14	43,35
Média 1995	76,61	43,93
Média 1996	76,13	44,85
Média jan/96-abr/96	76,25	44,64
Abr/96	76,25	45,42
Mai/96	76,14	45,52
Jun/96	75,95	44,83
Jul/96	76,45	45,61
Ago/96	76,97	45,78
Set/96	76,69	45,79
Out/96	76,54	45,02
Nov/96	74,94	43,79
Dez/96	74,88	43,31
Jan/97	74,50	43,56
Fev/97	74,86	44,12
Mar/97	74,82	44,16
Abr/97	74,77	44,61
Média jan/97-abr/97	74,74	44,11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.6.

Taxa de participação por faixa etária (%)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	35,25	68,40	74,77	74,49	71,58	52,64	31,93	11,90
Média 1992	32,75	66,80	73,45	73,98	70,52	51,82	31,44	11,51
Média 1993	29,78	65,91	73,43	74,16	70,48	51,20	30,34	10,78
Média 1994	28,93	65,05	74,41	75,20	71,69	51,54	29,15	10,69
Média 1995	28,57	65,23	74,68	75,34	72,46	52,24	29,72	11,36
Média 1996	27,80	65,77	75,29	76,15	72,75	52,77	30,88	11,63
Média jan/96-abr/96	28,68	65,73	74,66	76,28	72,10	52,39	31,12	11,44
Abr/96	28,87	66,93	75,14	76,77	72,62	52,12	31,89	11,10
Mai/96	28,22	66,82	75,60	77,01	72,88	52,21	31,51	10,79
Jun/96	28,18	66,36	75,72	75,98	73,10	52,24	29,84	11,72
Jul/96	28,30	66,96	76,10	76,43	73,84	52,53	30,01	11,98
Ago/96	27,56	67,15	76,19	76,75	73,41	54,22	30,71	12,60
Set/96	27,42	66,71	76,94	76,54	73,95	53,52	31,75	12,29
Out/96	27,00	65,97	76,12	76,07	72,99	53,55	30,78	11,88
Nov/96	26,73	62,89	74,18	75,09	72,41	52,94	30,31	11,53
Dez/96	25,46	63,47	73,79	74,85	72,02	52,51	31,17	11,01
Jan/97	24,44	63,53	74,16	75,13	71,98	51,94	30,40	11,40
Fev/97	27,73	64,22	74,98	75,94	72,06	52,49	30,85	11,24
Mar/97	24,88	64,14	75,07	76,13	71,54	52,23	32,17	11,34
Abr/97	25,30	64,96	75,43	76,09	72,55	52,19	30,05	11,33
Média jan/97-abr/97	25,59	64,21	74,91	75,82	72,03	52,22	30,87	11,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

A.2 - Ocupação

TABELA A2.1.

Nível de ocupação por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.055.960	6.502.987	1.211.405	1.367.385	1.001.494	933.176	15.072.408
Média 1992	4.015.563	6.491.568	1.217.687	1.362.913	1.000.574	942.721	15.031.026
Média 1993	4.052.734	6.556.216	1.252.561	1.401.317	1.000.914	957.523	15.221.265
Média 1994	4.069.513	6.719.741	1.352.875	1.471.425	1.029.787	990.002	15.633.344
Média 1995	4.136.257	6.919.809	1.341.953	1.540.746	1.051.569	1.008.529	15.998.863
Média 1996	4.189.335	7.134.279	1.366.257	1.568.460	1.059.065	1.032.602	16.349.997
Média jan/96-abr/96	4.148.583	7.008.527	1.342.525	1.537.830	1.045.337	1.015.296	16.098.097
Abr/96	4.208.942	7.066.613	1.368.558	1.560.643	1.056.183	1.020.602	16.281.541
Mai/96	4.199.605	7.061.297	1.352.502	1.582.607	1.040.003	1.042.621	16.278.635
Jun/96	4.152.260	7.118.527	1.346.611	1.576.144	1.029.298	1.031.199	16.254.039
Jul/96	4.166.955	7.226.946	1.372.996	1.576.316	1.078.318	1.043.226	16.464.757
Ago/96	4.231.046	7.309.244	1.390.077	1.598.344	1.083.986	1.067.637	16.680.334
Set/96	4.279.201	7.278.463	1.416.282	1.600.173	1.091.510	1.045.726	16.711.355
Out/96	4.274.790	7.278.937	1.412.460	1.612.969	1.084.085	1.037.840	16.701.081
Nov/96	4.188.785	7.231.929	1.390.814	1.574.172	1.076.103	1.047.271	16.509.074
Dez/96	4.185.043	7.071.894	1.343.247	1.549.472	1.044.127	1.014.523	16.208.306
Jan/97	4.139.723	7.122.798	1.323.830	1.547.973	1.028.831	993.382	16.156.537
Fev/97	4.144.288	7.125.755	1.333.879	1.564.941	1.071.708	1.011.225	16.251.796
Mar/97	4.212.146	7.029.133	1.370.969	1.573.329	1.057.508	1.034.472	16.277.557
Abr/97	4.183.046	7.094.989	1.375.867	1.595.743	1.053.492	1.031.187	16.334.324
Média jan/97-abr/97	4.169.801	7.093.169	1.351.136	1.570.497	1.052.885	1.017.567	16.255.054

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A2.2

Nível de ocupação por setor de atividade

	EXT. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO	OUTROS
Média 1991	35.943	3.332.949	177.434	1.082.434	2.198.535	5.388.258	1.463.252	113.682	1.279.920
Média 1992	35.258	3.069.243	179.291	1.126.380	2.202.391	5.500.674	1.517.422	114.991	1.285.376
Média 1993	32.981	3.074.673	174.337	1.076.713	2.274.995	5.663.602	1.533.649	113.544	1.276.771
Média 1994	37.463	3.087.468	170.705	1.126.426	2.364.653	5.891.298	1.550.503	120.751	1.284.079
Média 1995	31.009	3.097.884	163.687	1.110.002	2.452.279	6.191.016	1.536.447	121.665	1.294.875
Média 1996	29.069	2.975.110	154.152	1.161.397	2.500.556	6.487.829	1.602.449	103.358	1.336.077
Média jan/96-abr/96	26.453	2.968.390	152.434	1.125.348	2.479.829	6.343.261	1.595.225	102.894	1.304.262
Abr/96	26.766	3.005.036	157.775	1.160.924	2.473.085	6.455.535	1.620.037	105.794	1.276.590
Mai/96	29.375	2.969.325	154.506	1.167.430	2.463.051	6.454.109	1.616.718	103.054	1.321.068
Jun/96	34.125	2.927.740	160.301	1.185.835	2.488.859	6.436.400	1.619.248	101.013	1.303.418
Jul/96	31.137	2.975.078	162.200	1.184.924	2.503.962	6.535.688	1.670.772	90.110	1.310.886
Ago/96	35.540	3.012.918	168.809	1.184.597	2.499.771	6.678.883	1.635.397	97.501	1.366.917
Set/96	33.642	3.046.993	158.772	1.210.456	2.529.877	6.675.034	1.597.965	107.691	1.350.926
Out/96	28.119	3.021.034	153.488	1.200.284	2.521.373	6.654.907	1.607.874	115.719	1.398.283
Nov/96	28.316	2.977.152	145.020	1.160.234	2.567.226	6.593.343	1.552.005	109.258	1.376.520
Dez/96	22.769	2.900.418	136.998	1.141.609	2.513.231	6.452.542	1.548.510	104.367	1.387.863
Jan/97	24.873	2.856.071	144.500	1.098.581	2.522.991	6.431.271	1.606.833	108.965	1.362.450
Fev/97	28.914	2.878.920	140.431	1.136.861	2.538.666	6.485.651	1.587.391	98.207	1.356.755
Mar/97	32.444	2.886.384	144.647	1.153.661	2.517.116	6.480.963	1.610.749	102.083	1.349.509
Abr/97	32.419	2.896.236	153.017	1.131.438	2.522.482	6.560.160	1.618.275	98.778	1.321.518
Média jan/97-abr/97	29.663	2.879.403	145.649	1.130.135	2.525.314	6.489.511	1.605.812	102.008	1.347.558

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A2.3

Nível de ocupação por posição na ocupação

	CC	SC	CP	EMPRE	IGNORADO
Média 1991	8.081.357	3.146.617	3.035.554	664.033	144.846
Média 1992	7.702.195	3.360.645	3.155.312	657.797	155.076
Média 1993	7.716.141	3.505.073	3.198.315	656.254	145.482
Média 1994	7.703.550	3.711.728	3.395.963	661.034	161.069
Média 1995	7.733.663	3.863.063	3.523.333	718.635	160.170
Média 1996	7.624.930	4.060.424	3.732.739	751.636	180.269
Média jan/96-abr/96	7.614.981	3.943.871	3.617.224	746.080	175.942
Abr/96	7.575.009	4.081.178	3.659.854	786.888	178.612
Mai/96	7.523.679	4.048.569	3.734.358	767.467	204.561
Jun/96	7.482.783	4.103.576	3.731.421	752.268	183.991
Jul/96	7.602.985	4.182.958	3.721.891	776.750	180.172
Ago/96	7.712.953	4.164.604	3.840.024	767.605	195.149
Set/96	7.762.313	4.121.611	3.896.235	758.013	173.183
Out/96	7.710.081	4.178.932	3.858.238	787.328	166.502
Nov/96	7.722.513	4.073.402	3.798.560	726.732	187.866
Dez/96	7.521.932	4.075.947	3.743.241	699.151	168.034
Jan/97	7.596.773	3.943.349	3.711.350	725.500	179.565
Fev/97	7.563.395	4.043.452	3.706.393	758.375	180.181
Mar/97	7.534.255	4.056.336	3.759.807	764.261	162.898
Abr/97	7.562.892	4.097.093	3.734.576	766.731	173.032
Média jan/97-abr/97	7.564.329	4.035.058	3.728.031	753.717	173.919

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A2.4

Nível de ocupação por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.275.747	5.796.661
Média 1992	9.342.781	5.688.245
Média 1993	9.382.633	5.838.632
Média 1994	9.596.880	6.036.464
Média 1995	9.710.758	6.288.105
Média 1996	9.865.971	6.484.027
Média jan/96-abr/96	9.753.168	6.344.929
Abr/96	9.776.441	6.505.100
Mai/96	9.764.798	6.513.837
Jun/96	9.814.343	6.439.696
Jul/96	9.903.988	6.560.769
Ago/96	10.071.521	6.629.813
Set/96	10.049.181	6.662.174
Out/96	10.053.080	6.648.001
Nov/96	9.920.343	6.588.731
Dez/96	9.822.724	6.385.582
Jan/97	9.746.454	6.410.083
Fev/97	9.749.315	6.502.481
Mar/97	9.785.817	6.491.740
Abr/97	9.771.536	6.562.788
Média jan/97-abr/97	9.763.281	6.491.773

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.5

Nível de ocupação por faixa etária

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	663.253	2.873.157	2.311.096	4.333.122	2.869.701	1.442.788	339.973	239.318
Média 1992	605.147	2.839.453	2.228.420	4.269.401	2.996.750	1.487.179	359.357	245.319
Média 1993	585.795	2.832.109	2.238.428	4.320.728	3.152.368	1.497.486	352.219	242.132
Média 1994	591.333	2.893.295	2.304.051	4.533.071	3.246.205	1.493.243	334.853	237.292
Média 1995	612.904	2.900.204	2.284.547	4.592.891	3.418.343	1.576.356	343.835	269.784
Média 1996	602.232	2.947.719	2.255.541	4.705.022	3.557.604	1.631.134	361.607	289.139
Média jan/96-abr/96	603.178	2.931.043	2.208.278	4.661.257	3.464.565	1.595.952	355.541	278.283
Abr/96	628.826	2.984.688	2.194.535	4.720.371	3.539.101	1.583.377	354.348	276.296
Mai/96	597.954	2.940.029	2.218.891	4.767.648	3.522.024	1.602.570	359.871	269.649
Jun/96	619.000	2.910.626	2.228.471	4.703.982	3.554.650	1.592.757	346.156	298.396
Jul/96	603.314	2.963.095	2.254.917	4.754.584	3.616.660	1.627.088	345.710	299.391
Ago/96	592.101	3.006.809	2.317.073	4.774.896	3.620.031	1.701.624	360.111	307.690
Set/96	610.941	3.013.016	2.322.718	4.733.244	3.680.180	1.667.014	378.400	305.843
Out/96	615.292	3.000.539	2.349.443	4.723.434	3.658.771	1.693.438	368.670	291.495
Nov/96	615.218	2.936.080	2.299.664	4.712.285	3.614.701	1.660.023	372.855	298.249
Dez/96	560.249	2.878.260	2.242.203	4.645.163	3.565.972	1.645.292	385.344	285.823
Jan/97	531.413	2.868.267	2.203.369	4.616.083	3.613.976	1.655.875	370.915	296.638
Fev/97	522.206	2.922.915	2.199.585	4.641.980	3.609.895	1.689.823	372.386	293.006
Mar/97	556.722	2.871.338	2.193.756	4.650.320	3.644.958	1.687.925	380.162	292.377
Abr/97	549.173	2.912.765	2.180.056	4.659.414	3.718.042	1.668.199	345.740	300.934
Média jan/97-abr/97	539.878	2.893.821	2.194.191	4.641.949	3.646.718	1.675.456	367.301	295.739

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.6

Nível de ocupação por grau de instrução

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	5.859.475	3.848.876	3.208.950	2.155.108
Média 1992	5.632.623	3.881.190	3.300.795	2.216.417
Média 1993	5.496.803	3.982.717	3.463.934	2.277.811
Média 1994	5.516.252	4.148.898	3.624.682	2.343.513
Média 1995	5.432.660	4.285.591	3.823.325	2.457.287
Média 1996	5.205.167	4.426.616	4.082.711	2.635.503
Média jan/96-abr/96	5.272.135	4.286.603	3.964.783	2.574.576
Abr/96	5.291.460	4.349.693	4.048.495	2.591.893
Mai/96	5.191.184	4.385.895	4.098.646	2.602.910
Jun/96	5.105.293	4.444.770	4.112.880	2.591.096
Jul/96	5.144.751	4.466.316	4.188.882	2.664.808
Ago/96	5.184.469	4.553.905	4.188.467	2.753.493
Set/96	5.210.253	4.602.241	4.165.821	2.733.040
Out/96	5.210.417	4.601.470	4.151.634	2.737.560
Nov/96	5.215.213	4.512.747	4.143.578	2.637.536
Dez/96	5.111.884	4.405.635	4.083.494	2.607.292
Jan/97	5.074.432	4.260.674	4.155.821	2.665.610
Fev/97	5.031.455	4.244.208	4.226.451	2.749.682
Mar/97	4.998.319	4.273.134	4.256.800	2.749.304
Abr/97	4.982.385	4.265.221	4.344.527	2.742.191
Média jan/97-abr/97	5.021.648	4.260.809	4.245.900	2.726.697

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

A.4 - Desemprego

TABELA A.4.1.1

Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PME (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	3,54	5,51	4,27	4,04	5,90	5,92	4,81
Média 1992	4,13	6,60	5,57	4,93	8,75	7,00	5,89
Média 1993	4,08	5,67	4,02	4,45	8,78	6,57	5,28
Média 1994	4,00	5,35	4,06	4,18	6,67	6,96	4,97
Média 1995	3,44	5,28	4,64	3,82	5,36	6,82	4,72
Média 1996	3,67	6,26	5,91	4,69	5,64	6,80	5,42
Média jan/96-abr/96	3,94	7,19	6,43	4,87	6,50	6,83	6,02
Abr/96	3,77	6,98	6,34	5,12	6,47	7,04	5,91
Mai/96	3,72	7,19	6,18	5,25	5,80	6,84	5,93
Jun/96	3,98	6,29	6,28	5,19	6,05	6,37	5,59
Jul/96	3,70	5,96	6,20	4,80	7,05	8,49	5,55
Ago/96	3,56	5,74	6,05	4,39	6,13	7,49	5,24
Set/96	3,36	5,92	6,02	4,64	5,01	6,66	5,15
Out/96	3,36	5,20	5,10	3,55	3,95	6,40	4,56
Nov/96	2,90	4,06	4,14	4,16	3,10	5,42	3,81
Dez/96	3,64	5,95	5,24	4,87	4,55	6,59	5,15
Jan/97	3,45	6,87	5,69	3,83	6,01	7,15	5,59
Fev/97	3,90	7,19	6,33	4,96	5,39	7,69	6,00
Mar/97	3,74	7,10	5,81	4,95	4,68	6,95	5,77
Abr/97	3,78	6,90	5,97	5,77	6,51	8,34	6,00
Média jan/97-abr/97	3,72	7,01	5,95	4,88	5,65	7,53	5,84

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.1.2

Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	7,96	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,36
Média 1992	9,22	10,09	8,20	n.d.	n.d.	12,61
Média 1993	8,68	9,88	7,27	n.d.	n.d.	11,90
Média 1994	8,93	9,78	8,00	5,85	n.d.	10,63
Média 1995	8,95	10,73	8,11	7,29	7,40	9,09
Média 1996	9,97	10,90	9,06	8,78	7,81	10,13
Média jan/96-abr/96	10,25	11,33	9,40	8,17	8,60	10,13
Abr/96	10,80	11,80	9,70	9,20	8,50	n.d.
Mai/96	10,70	11,80	9,60	9,00	8,50	n.d.
Jun/96	10,30	11,30	9,20	9,30	8,40	n.d.
Jul/96	10,30	11,30	8,90	9,30	8,30	n.d.
Ago/96	9,90	10,80	9,10	9,40	7,50	n.d.
Set/96	9,70	10,70	9,10	8,80	6,70	n.d.
Out/96	9,60	10,30	8,70	8,10	6,50	n.d.
Nov/96	9,20	9,80	8,20	8,00	6,40	n.d.
Dez/96	8,90	9,50	8,30	8,40	7,10	n.d.
Jan/97	9,10	9,80	8,90	9,60	7,70	n.d.
Fev/97	9,90	11,40	9,40	10,60	8,90	n.d.
Mar/97	10,70	12,00	10,00	n.d.	9,20	n.d.
Abr/97	10,70	12,10	9,80	n.d.	n.d.	n.d.
Média jan/97-abr/97	10,10	11,33	9,53	10,10	8,60	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE

TABELA A.4.1.3

Taxa de desemprego oculto por desalento - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	0,89	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	1,37	2,50	1,34	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	1,30	2,49	1,22	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	1,28	2,18	0,98	0,90	n.d.	n.d.
Média 1995	0,93	2,10	0,76	1,01	1,40	n.d.
Média 1996	1,25	2,73	1,03	0,93	1,54	n.d.
Média jan/96-abr/96	1,15	2,85	1,08	1,08	1,57	n.d.
Abr/96	1,20	2,60	1,20	0,90	1,50	n.d.
Mai/96	1,20	2,60	1,10	1,00	1,50	n.d.
Jun/96	1,20	2,70	1,10	0,90	1,70	n.d.
Jul/96	1,20	2,70	1,00	0,90	1,70	n.d.
Ago/96	1,30	2,50	0,90	0,80	1,80	n.d.
Set/96	1,40	2,60	1,00	0,80	1,60	n.d.
Out/96	1,50	2,70	1,00	0,60	1,40	n.d.
Nov/96	1,30	2,70	1,00	n.d.	1,20	n.d.
Dez/96	1,30	2,90	1,00	n.d.	1,30	n.d.
Jan/97	1,40	3,10	1,10	n.d.	1,60	n.d.
Fev/97	1,30	3,10	1,20	n.d.	1,60	n.d.
Mar/97	1,30	2,80	1,30	n.d.	1,50	n.d.
Abr/97	1,30	2,80	1,30	n.d.	1,40	n.d.
Média jan/97-abr/97	1,33	2,95	1,23	n.d.	1,50	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	2,89	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	4,58	2,94	4,53	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	4,63	2,68	3,61	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	4,08	2,57	2,34	2,40	n.d.	n.d.
Média 1995	3,27	2,86	1,91	2,50	2,55	n.d.
Média 1996	3,82	3,23	2,93	3,34	3,35	n.d.
Média jan/96-abr/96	3,80	3,18	2,63	2,99	3,20	n.d.
Abr/96	4,10	3,50	3,30	3,30	3,70	n.d.
Mai/96	4,30	3,70	3,60	3,50	3,40	n.d.
Jun/96	4,20	3,80	3,30	3,40	3,40	n.d.
Jul/96	4,00	3,50	3,10	3,30	3,60	n.d.
Ago/96	3,60	3,20	2,90	3,20	3,70	n.d.
Set/96	3,70	2,90	3,00	3,30	3,40	n.d.
Out/96	3,40	2,70	3,00	3,30	3,30	n.d.
Nov/96	3,70	2,90	2,90	n.d.	3,00	n.d.
Dez/96	3,70	3,30	2,90	n.d.	3,10	n.d.
Jan/97	3,80	3,40	2,80	n.d.	2,90	n.d.
Fev/97	3,70	3,50	2,90	n.d.	2,90	n.d.
Mar/97	3,90	3,20	2,80	n.d.	2,80	n.d.
Abr/97	3,90	3,50	3,00	n.d.	n.d.	n.d.
Média jan/97-abr/97	3,83	3,40	2,88	n.d.	2,87	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.5

Taxa de desemprego total - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	11,74	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	12,09
Média 1992	15,17	15,53	14,06	n.d.	n.d.	13,30
Média 1993	14,63	15,06	12,09	n.d.	n.d.	12,53
Média 1994	14,18	14,53	11,33	9,15	n.d.	11,37
Média 1995	13,24	15,69	10,78	10,86	11,45	9,88
Média 1996	15,03	16,86	13,03	12,95	12,70	10,87
Média jan/96-abr/96	15,20	17,35	13,10	12,37	13,37	10,87
Abr/96	16,10	17,90	14,20	13,40	13,70	n.d.
Mai/96	16,20	18,10	14,30	13,50	13,60	n.d.
Jun/96	15,70	17,80	13,60	13,60	13,50	n.d.
Jul/96	15,50	17,50	13,00	13,50	13,70	n.d.
Ago/96	14,80	16,50	12,90	13,40	12,80	n.d.
Set/96	14,80	16,20	13,10	12,90	11,50	n.d.
Out/96	14,50	15,70	12,70	12,00	11,00	n.d.
Nov/96	14,20	15,40	12,10	11,70	10,70	n.d.
Dez/96	13,90	15,70	12,20	12,10	11,80	n.d.
Jan/97	14,20	16,30	12,80	13,50	12,20	n.d.
Fev/97	15,00	18,00	13,50	14,40	13,30	n.d.
Mar/97	15,90	18,20	14,10	n.d.	13,50	n.d.
Abr/97	16,00	18,20	14,10	n.d.	n.d.	n.d.
Média jan/97-abr/97	15,28	17,68	13,63	13,95	13,00	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE

TABELA A.4.2

Taxa de desemprego por gênero - PME (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	4,79	4,85
Média 1992	5,71	6,20
Média 1993	5,12	5,55
Média 1994	4,75	5,33
Média 1995	4,59	4,92
Média 1996	4,98	6,09
Média jan/96-abr/96	5,50	6,82
Abr/96	5,36	7,06
Mai/96	5,47	6,57
Jun/96	5,42	6,69
Jul/96	5,12	6,31
Ago/96	4,99	6,37
Set/96	4,86	5,80
Out/96	4,56	6,03
Nov/96	4,21	5,09
Dez/96	3,78	3,86
Jan/97	4,84	5,64
Fev/97	5,18	6,22
Mar/97	5,54	6,68
Abr/97	5,21	6,60
Média jan/97-abr/97	5,38	6,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.4.3

Taxa de desemprego por setor de atividade - PME (%)

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS
Média 1991	6,44	5,65	5,28	4,72	0,62
Média 1992	7,76	6,97	6,32	5,77	0,89
Média 1993	6,55	6,62	5,62	5,18	0,84
Média 1994	6,09	5,90	5,37	4,98	0,79
Média 1995	5,98	5,53	5,05	4,69	0,78
Média 1996	6,87	5,88	6,05	5,49	0,79
Média jan/96-abr/96	7,78	6,39	6,51	6,06	0,86
Abr/96	7,66	6,49	6,43	6,02	0,91
Mai/96	7,81	6,85	7,02	5,63	0,89
Jun/96	6,72	6,32	6,82	5,72	0,68
Jul/96	6,59	5,79	6,28	5,77	0,83
Ago/96	6,47	5,81	6,73	5,26	0,62
Set/96	6,29	5,24	5,71	5,54	0,70
Out/96	6,27	4,99	4,84	4,67	0,73
Nov/96	4,72	4,45	3,71	3,89	0,79
Dez/96	6,49	5,55	5,52	5,20	0,85
Jan/97	7,26	6,41	6,11	5,61	0,94
Fev/97	7,65	6,34	6,42	6,16	1,01
Mar/97	7,09	5,72	6,75	6,01	0,94
Abr/97	7,04	7,05	6,87	6,05	1,01
Média jan/97-abr/97	7,26	6,38	6,54	5,96	0,98

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.4

Taxa de desemprego por posição na família - PME (%)

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	3,06	2,57	9,34	6,00
Média 1992	3,72	3,52	11,17	7,43
Média 1993	3,39	3,02	9,99	6,80
Média 1994	3,15	3,05	9,57	6,52
Média 1995	2,99	2,94	9,06	5,83
Média 1996	3,40	3,83	10,00	7,19
Média jan/96-abr/96	3,60	4,21	11,49	7,97
Abr/96	3,56	3,97	11,37	8,08
Mai/96	3,69	4,18	10,91	8,67
Jun/96	3,67	3,91	9,98	7,55
Jul/96	3,63	4,12	10,02	6,47
Ago/96	3,43	3,70	9,42	6,65
Set/96	3,30	3,61	9,31	7,14
Out/96	2,99	3,51	7,91	6,27
Nov/96	2,48	2,37	7,00	5,19
Dez/96	3,19	3,68	9,53	6,51
Jan/97	3,52	3,48	10,60	7,03
Fev/97	3,80	3,94	11,23	7,56
Mar/97	3,50	4,16	10,78	8,28
Abr/97	3,68	4,43	11,36	6,92
Média jan/97-abr/97	3,63	4,00	10,99	7,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.5.

Taxa de desemprego por faixa etária - PME (%)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,62	9,14	5,48	3,61	2,21	1,29	0,89	0,57
Média 1992	14,38	11,21	6,98	4,29	2,81	1,84	1,35	1,07
Média 1993	12,24	10,31	6,18	3,96	2,51	1,88	0,96	0,81
Média 1994	11,88	9,60	6,04	3,70	2,40	1,56	0,86	0,80
Média 1995	11,03	9,33	5,54	3,66	2,17	1,67	1,33	0,91
Média 1996	13,08	10,51	6,14	4,27	2,81	1,88	1,23	1,20
Média jan/96-abr/96	14,49	11,94	6,61	4,66	3,01	1,94	1,23	1,49
Abr/96	13,28	11,55	6,82	4,58	3,04	2,08	0,72	0,95
Mai/96	15,17	11,37	7,16	4,55	2,92	2,02	0,66	1,06
Jun/96	13,17	10,69	6,69	4,39	2,74	2,12	1,77	1,47
Jul/96	14,47	10,44	6,26	4,39	2,89	2,19	0,95	1,09
Ago/96	13,08	9,57	5,78	4,47	2,85	1,89	1,54	1,37
Set/96	12,31	9,78	5,95	4,27	2,73	1,53	1,25	0,76
Out/96	9,56	8,59	5,48	3,77	2,57	1,47	1,03	1,48
Nov/96	8,62	7,64	4,18	2,86	2,20	1,57	1,11	0,75
Dez/96	12,66	10,31	5,76	3,90	2,76	2,06	1,49	0,39
Jan/97	14,29	11,30	6,61	4,27	2,93	1,59	1,03	0,62
Fev/97	14,99	12,33	6,55	4,38	3,25	2,18	1,33	1,26
Mar/97	12,72	12,17	6,64	4,33	2,81	2,17	0,82	1,74
Abr/97	15,00	11,49	7,73	4,40	3,14	2,35	1,22	1,92
Média jan/97-abr/97	14,25	11,82	6,88	4,34	3,03	2,07	1,10	1,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.6.

Taxa de desemprego por grau de instrução - PME (%)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	3,86	6,96	5,35	2,56
Média 1992	4,67	8,72	6,65	2,63
Média 1993	4,34	7,29	6,17	2,50
Média 1994	3,93	6,94	5,87	2,39
Média 1995	3,61	6,55	5,69	2,32
Média 1996	4,18	7,23	6,63	2,79
Média jan/96-abr/96	4,44	8,05	7,52	3,34
Abr/96	4,50	7,66	7,45	3,22
Mai/96	4,65	7,95	7,19	2,88
Jun/96	4,53	7,46	6,55	2,80
Jul/96	4,74	7,46	6,15	2,78
Ago/96	4,03	7,05	6,32	2,68
Set/96	3,77	7,06	6,37	2,51
Out/96	3,56	6,13	5,60	2,11
Nov/96	3,03	4,88	4,80	1,90
Dez/96	4,12	6,59	6,54	2,42
Jan/97	4,59	7,31	6,97	2,42
Fev/97	4,36	7,91	7,73	3,13
Mar/97	4,32	7,76	7,39	2,55
Abr/97	4,41	8,41	7,39	2,66
Média jan/97-abr/97	4,42	7,85	7,37	2,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.7

Composição do desemprego por gênero (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	61,22	38,78
Média 1992	60,09	39,91
Média 1993	59,62	40,38
Média 1994	58,49	41,51
Média 1995	59,00	41,00
Média 1996	55,16	44,84
Média jan/96-abr/96	54,98	45,02
Abr/96	55,28	44,72
Mai/96	54,51	45,49
Jun/96	55,01	44,99
Jul/96	53,82	46,18
Ago/96	55,74	44,26
Set/96	52,88	47,12
Out/96	55,33	44,67
Nov/96	59,57	40,43
Dez/96	56,69	43,31
Jan/97	55,60	44,40
Fev/97	55,13	44,87
Mar/97	53,99	46,01
Abr/97	55,32	44,68
Média jan/97-abr/97	55,01	44,99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.8

Composição do desemprego por setor de atividade (%)

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS	IGNORADO
Média 1991	30,12	8,50	16,09	35,07	2,50	7,72
Média 1992	27,48	8,96	15,76	35,81	2,97	9,01
Média 1993	25,43	9,00	15,97	36,41	3,14	10,04
Média 1994	24,45	8,66	16,37	37,76	3,08	9,69
Média 1995	24,81	8,21	16,46	38,49	3,11	8,93
Média 1996	23,46	7,74	17,20	40,22	2,75	8,64
Média jan/96-abr/96	24,29	7,44	16,73	39,66	2,67	9,21
Abr/96	24,38	7,87	16,63	40,47	2,87	7,78
Mai/96	24,50	8,37	18,11	37,53	2,82	8,68
Jun/96	21,87	8,31	18,90	40,57	2,27	8,08
Jul/96	21,70	7,54	17,34	41,39	2,84	9,19
Ago/96	22,60	7,92	19,57	40,26	2,25	7,40
Set/96	22,53	7,38	16,87	43,14	2,54	7,54
Out/96	25,30	7,89	16,06	40,87	3,04	6,84
Nov/96	22,54	8,26	15,14	40,83	3,89	9,35
Dez/96	22,87	7,61	16,68	40,23	3,10	9,50
Jan/97	23,36	7,86	17,17	39,94	3,22	8,45
Fev/97	22,98	7,42	16,79	41,05	3,17	8,60
Mar/97	22,11	7,03	18,28	41,57	3,09	7,92
Abr/97	21,02	8,23	17,84	40,54	3,17	9,20
Média jan/97-abr/97	22,35	7,64	17,52	40,78	3,16	8,55

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.4.9

Composição do desemprego por posição na família (%)

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	32,06	9,02	50,33	8,59
Média 1992	31,79	9,94	49,92	8,35
Média 1993	32,39	9,62	49,91	8,08
Média 1994	32,19	10,85	49,07	7,89
Média 1995	31,87	11,16	49,64	7,32
Média 1996	31,11	12,91	47,94	8,05
Média jan/96-abr/96	29,71	12,73	49,53	8,03
Abr/96	29,93	12,44	49,15	8,48
Mai/96	30,86	13,17	47,04	8,93
Jun/96	32,57	12,79	46,58	8,06
Jul/96	32,46	13,62	46,93	6,98
Ago/96	32,47	12,98	46,85	7,70
Set/96	31,67	12,94	46,91	8,49
Out/96	32,51	14,18	44,71	8,60
Nov/96	32,19	11,31	48,21	8,30
Dez/96	30,79	12,70	49,04	7,47
Jan/97	31,32	11,15	50,28	7,24
Fev/97	31,56	11,92	49,43	7,09
Mar/97	30,46	13,18	48,02	8,34
Abr/97	30,46	13,64	49,05	6,85
Média jan/97-abr/97	30,95	12,49	49,19	7,37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.4.10

Composição do desemprego por faixa etária (%)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,48	38,04	17,62	21,30	8,50	2,47	0,40	0,18
Média 1992	10,83	38,09	17,78	20,32	9,20	2,97	0,53	0,28
Média 1993	9,64	38,37	17,40	21,00	9,57	3,39	0,40	0,24
Média 1994	9,69	37,66	18,12	21,30	9,74	2,90	0,36	0,23
Média 1995	9,58	37,66	16,90	22,02	9,57	3,38	0,59	0,31
Média 1996	9,70	37,00	15,73	22,42	10,96	3,34	0,48	0,37
Média jan/96-abr/96	9,91	38,52	15,15	22,10	10,42	3,06	0,43	0,41
Abr/96	9,42	38,09	15,70	22,15	10,83	3,29	0,25	0,26
Mai/96	10,41	36,75	16,67	22,13	10,31	3,21	0,23	0,28
Jun/96	9,75	36,16	16,58	22,43	10,39	3,59	0,65	0,46
Jul/96	10,55	35,70	15,58	22,59	11,14	3,76	0,34	0,34
Ago/96	9,67	34,50	15,41	24,25	11,53	3,56	0,61	0,46
Set/96	9,45	36,01	16,19	23,29	11,40	2,86	0,53	0,26
Out/96	8,15	35,33	17,05	23,19	12,07	3,17	0,48	0,55
Nov/96	8,87	37,11	15,32	21,23	12,44	4,05	0,64	0,34
Dez/96	9,22	37,58	15,56	21,42	11,50	3,93	0,66	0,13
Jan/97	9,26	38,17	16,29	21,50	11,39	2,80	0,40	0,19
Fev/97	8,88	39,61	14,85	20,49	11,69	3,62	0,48	0,36
Mar/97	8,14	39,93	15,66	21,11	10,58	3,75	0,32	0,52
Abr/97	9,29	36,24	17,51	20,57	11,57	3,85	0,41	0,56
Média jan/97-abr/97	8,89	38,48	16,08	20,90	11,31	3,52	0,40	0,41

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.11

Composição do desemprego por grau de instrução (%)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	30,93	37,81	23,82	7,44
Média 1992	29,31	39,37	24,96	6,36
Média 1993	29,35	36,91	26,84	6,91
Média 1994	27,56	37,83	27,59	7,02
Média 1995	25,63	37,90	29,11	7,36
Média 1996	24,25	36,79	30,92	8,05
Média jan/96-abr/96	23,73	36,40	31,25	8,62
Abr/96	24,40	35,28	31,88	8,43
Mai/96	24,67	36,88	30,93	7,52
Jun/96	25,16	37,18	29,93	7,74
Jul/96	26,50	37,24	28,37	7,89
Ago/96	23,62	37,49	30,66	8,23
Set/96	22,48	38,54	31,23	7,74
Out/96	24,07	37,65	30,87	7,41
Nov/96	24,88	35,35	31,96	7,82
Dez/96	24,94	35,29	32,44	7,34
Jan/97	25,48	35,09	32,52	6,90
Fev/97	22,13	35,16	34,13	8,58
Mar/97	22,65	36,08	34,06	7,21
Abr/97	22,04	37,56	33,22	7,17
Média jan/97-abr/97	23,03	35,99	33,50	7,48

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.12

Composição do desemprego por meses de duração (%)

	<1	1-3	3-6	6-12	>=12
Média 1991	11,46	31,54	27,62	16,42	12,95
Média 1992	8,96	26,44	26,71	19,81	18,09
Média 1993	9,42	26,31	25,35	18,65	20,26
Média 1994	10,52	27,66	24,43	18,14	19,26
Média 1995	11,54	30,03	26,53	16,84	15,06
Média 1996	9,60	27,22	25,95	19,17	18,06
Média jan/96-abr/96	9,61	28,31	27,12	17,50	17,47
Abr/96	9,28	27,46	27,68	17,50	18,08
Mai/96	8,38	26,00	27,41	20,19	18,01
Jun/96	9,40	24,75	28,26	18,96	18,63
Jul/96	9,70	25,66	24,96	20,83	18,85
Ago/96	9,48	26,00	24,10	20,70	19,72
Set/96	11,03	25,59	24,01	21,04	18,33
Out/96	9,85	26,48	23,94	20,95	18,77
Nov/96	9,39	26,37	27,31	20,10	16,83
Dez/96	9,69	32,32	22,14	18,27	17,59
Jan/97	8,63	30,10	27,16	17,92	16,20
Fev/97	8,89	27,06	31,08	16,71	16,27
Mar/97	8,90	24,28	29,53	19,25	18,05
Abr/97	7,69	25,56	27,41	20,57	18,78
Média jan/97-abr/97	8,51	26,68	28,81	18,64	17,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

A.5 - Seguro Desemprego

TABELA A.5.1

Cobertura e valor médio do benefício (V.M.B.)

	REQUERENTES	SEGURADOS	TAXA DE HABILITAÇÃO	V.M.B.(*)	V.M.B.(**)
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83	146,8
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69	145,9
1993	3.825.547	3.756.365	98,19	1,41	133,3
1994	4.091.318	4.029.718	98,49	1,55	137,3
1995	4.789.262	4.736.940	98,91	1,54	150,5
1996	4.393.366	4.348.166	98,97	1,56	158,9
jan/96-abr/96	1.618.409	1.602.964	99,05	1,57	152,6
Abr/96	401.559	398.262	99,18	1,59	152,3
Mai/96	403.119	399.893	99,20	1,52	162,0
Jun/96	319.834	317.821	99,37	1,53	161,4
Jul/96	378.789	376.260	99,33	1,54	159,7
Ago/96	354.663	352.077	99,27	1,55	160,7
Set/96	348.612	346.108	99,28	1,57	162,1
Out/96	339.441	336.379	99,10	1,58	162,8
Nov/96	322.226	314.995	97,76	1,59	162,9
Dez/96	308.273	301.669	97,86	1,59	162,4
Jan/97	407.535	404.932	99,36	1,58	162,1
Fev/97	345.363	342.560	99,19	1,58	161,5
Mar/97	391.844	387.365	98,86	1,58	160,4
Abr/97	417.897	411.051	98,36	1,59	160,5
jan/97-abr/97	1.562.639	1.545.908	98,93	1,58	161,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTb/DOPSD/CSOAS/SPES (*)-Valor Médio do Benefício em salários mínimos. (**) -Valor Médio do Benefício em R\$ de dezembro de 1995

A.7 - Rendimentos

TABELA A.7.1

Renda real média por região metropolitana
(em reais de dez/1995)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	446,90	599,59	436,76	416,01	302,81	393,15	496,26
Média 1992	376,41	497,99	354,45	358,86	256,82	303,64	412,99
Média 1993	402,27	561,91	391,91	392,82	289,91	343,66	458,24
Média 1994	409,55	622,23	434,72	376,77	273,33	305,40	484,48
Média 1995	461,06	666,42	516,80	427,60	317,49	326,36	533,39
Média 1996	514,03	684,22	528,63	445,77	354,34	348,42	562,16
Média jan/96-abr/96	492,86	673,85	509,62	430,99	338,38	330,11	546,84
Abr/96	490,57	665,19	497,69	430,41	354,28	346,52	543,32
Mai/96	520,83	657,95	508,79	442,63	347,96	342,11	549,22
Jun/96	532,94	661,25	520,43	450,06	358,13	347,05	557,20
Jul/96	539,57	682,69	536,61	443,86	385,88	396,48	573,85
Ago/96	519,88	699,47	526,59	440,50	371,29	357,75	571,50
Set/96	507,95	691,63	545,63	451,22	363,27	363,23	567,21
Out/96	519,86	686,89	547,21	439,93	377,79	370,13	568,72
Nov/96	515,21	701,11	544,68	448,35	349,32	342,03	570,95
Dez/96	540,65	734,28	575,16	508,73	344,92	341,77	599,89
Jan/97	510,20	681,12	540,42	447,60	346,64	346,10	561,53
Fev/97	525,05	664,49	541,67	438,85	348,31	344,68	556,37
Mar/97	517,07	652,59	539,35	445,92	339,24	345,52	548,12
Abr/97	511,42	654,03	524,76	462,04	367,27	375,24	551,77
Média jan/97-abr/97	515,93	663,06	536,55	448,60	350,36	352,89	554,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.2

Renda real média por setor de atividade
(em reais de dez/1995)

	EXT. MIN.	IND. TR.	S. I. U. P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS
Média 1991	733,11	571,84	802,17	384,73	426,67	393,39	642,24	316,12	719,64
Média 1992	775,01	508,76	754,96	307,63	337,70	323,98	501,79	227,84	615,81
Média 1993	866,18	568,49	807,78	325,73	380,93	356,46	534,89	262,76	716,25
Média 1994	885,79	577,52	820,55	332,95	419,11	388,09	573,04	296,02	730,08
Média 1995	911,76	606,94	810,41	394,90	465,30	447,18	642,13	419,87	743,94
Média 1996	923,90	633,63	850,54	421,38	491,89	486,20	664,52	403,98	796,87
Média jan/96-abr/96	988,67	623,39	854,95	401,57	486,34	467,28	640,68	418,29	779,43
Abr/96	883,26	618,03	858,00	399,23	468,41	467,69	636,81	405,10	790,13
Mai/96	859,58	614,09	833,59	386,29	483,20	475,53	647,00	463,01	788,80
Jun/96	864,76	624,08	806,82	417,42	484,42	486,13	650,50	448,35	791,03
Jul/96	905,31	635,51	849,97	442,18	517,24	501,32	665,27	406,97	800,14
Ago/96	788,95	618,06	822,58	435,86	505,79	503,99	673,38	365,05	811,90
Set/96	1.117,46	629,28	867,15	439,30	477,15	501,84	672,13	385,82	792,70
Out/96	910,26	634,74	877,69	441,60	487,59	490,26	693,26	382,59	806,29
Nov/96	831,79	661,72	820,78	448,02	487,22	492,14	678,08	320,04	798,81
Dez/96	854,00	692,56	908,12	439,59	514,68	514,06	731,86	402,81	855,05
Jan/97	961,47	631,07	883,34	429,74	491,26	493,07	660,80	364,57	769,69
Fev/97	776,15	618,25	961,21	429,12	479,63	484,29	654,59	435,78	791,23
Mar/97	946,27	598,40	887,35	419,05	469,66	476,83	650,12	394,55	796,27
Abr/97	798,98	594,28	846,31	449,15	484,31	484,20	656,39	293,66	782,91
Média jan/97-abr/97	870,72	644,60	886,38	437,90	489,59	495,94	681,79	381,94	802,30

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.3

Renda real média por posição na ocupação
(em reais de dez/1995)

	CC	SC	CP	EMPRE
Média 1991	529,89	384,69	384,98	1.451,65
Média 1992	471,18	307,31	304,34	1.111,57
Média 1993	520,76	334,62	341,86	1.311,35
Média 1994	519,74	350,27	383,81	1.695,51
Média 1995	533,22	399,78	460,96	1.817,76
Média 1996	570,13	423,39	490,07	1.830,64
Média jan/96-abr/96	551,01	408,18	476,43	1.798,04
Abr/96	552,07	398,95	483,84	1.744,46
Mai/96	557,45	417,85	486,71	1.799,23
Jun/96	569,03	423,69	489,66	1.915,80
Jul/96	573,14	431,80	507,26	1.928,29
Ago/96	578,42	430,89	502,17	1.863,52
Set/96	575,05	424,87	503,96	1.775,93
Out/96	567,59	433,42	488,15	1.826,53
Nov/96	583,26	432,93	493,46	1.822,82
Dez/96	633,61	452,50	503,71	1.843,41
Jan/97	562,58	433,79	481,03	1.769,52
Fev/97	559,09	426,29	483,93	1.746,17
Mar/97	548,27	423,56	480,43	1.665,32
Abr/97	555,38	427,59	486,19	1.764,92
Média jan/97-abr/97	556,33	427,81	482,90	1.736,48

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.4

Renda real média por gênero
(em reais de dez/1995)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	585,02	348,22
Média 1992	483,37	291,13
Média 1993	533,05	327,60
Média 1994	564,57	339,27
Média 1995	620,59	376,23
Média 1996	653,19	407,97
Média jan/96-abr/96	638,06	392,02
Abr/96	636,30	388,49
Mai/96	637,95	398,15
Jun/96	641,25	412,26
Jul/96	669,12	415,88
Ago/96	662,84	416,66
Set/96	658,86	412,41
Out/96	661,52	411,55
Nov/96	662,06	417,10
Dez/96	692,42	443,58
Jan/97	651,42	411,81
Fev/97	644,81	407,99
Mar/97	632,03	401,63
Abr/97	642,61	401,54
Média jan/97-abr/97	642,72	405,74

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.5

Renda real média por faixa etária
(em reais de dez/1995)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	146,66	277,48	442,55	573,16	653,22	599,98	543,77	539,34
Média 1992	124,84	235,00	373,32	479,72	532,14	480,71	411,47	411,45
Média 1993	136,05	257,10	410,00	529,83	586,45	523,49	478,37	474,97
Média 1994	129,69	256,25	410,49	541,19	653,54	567,65	517,08	543,86
Média 1995	145,98	282,79	452,61	584,97	702,61	653,11	582,60	578,23
Média 1996	156,53	298,26	470,60	615,77	733,32	706,22	647,92	643,37
Média jan/96-abr/96	155,98	292,63	455,61	602,05	710,19	696,01	611,72	642,08
Abr/96	153,50	288,43	449,22	587,65	724,74	681,94	608,85	695,23
Mai/96	149,31	290,79	453,99	592,59	725,13	671,70	651,82	736,09
Jun/96	153,72	293,97	460,75	612,25	730,32	681,38	610,99	728,70
Jul/96	159,37	293,62	468,09	618,52	767,89	740,86	675,97	671,16
Ago/96	150,76	301,86	477,32	621,40	755,71	712,66	720,59	539,70
Set/96	153,38	297,67	481,17	618,89	743,13	720,39	686,29	565,23
Out/96	157,37	293,69	481,52	614,21	749,22	733,80	630,02	669,39
Nov/96	162,74	303,18	497,16	632,33	722,85	710,72	684,90	604,35
Dez/96	167,74	333,87	504,72	670,88	764,81	719,04	667,54	637,56
Jan/97	158,86	298,84	468,77	622,10	718,03	694,18	634,69	601,47
Fev/97	160,15	293,34	465,33	608,01	710,00	692,93	640,98	672,88
Mar/97	147,96	290,52	451,45	585,18	723,58	687,28	550,83	628,73
Abr/97	148,92	287,06	455,60	594,27	728,33	691,99	560,30	685,97
Média jan/97-abr/97	153,97	292,44	460,29	602,39	719,98	691,59	596,70	647,26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.6

Renda real média por grau de instrução
(em reais de dez/1995)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	291,18	341,86	546,45	1.269,67
Média 1992	241,19	281,97	457,39	1.036,24
Média 1993	262,11	308,73	500,92	1.173,25
Média 1994	263,14	315,05	525,61	1.286,70
Média 1995	298,73	354,33	552,34	1.359,21
Média 1996	315,51	362,69	569,12	1.396,33
Méd. jan/96-abr/96	302,75	350,43	557,82	1.377,36
Abr/96	300,34	347,12	553,03	1.373,53
Mai/96	299,03	347,47	561,96	1.382,04
Jun/96	306,91	355,13	571,99	1.398,45
Jul/96	320,64	364,01	582,51	1.420,46
Ago/96	322,96	358,68	574,03	1.412,26
Set/96	319,12	367,80	566,45	1.402,09
Out/96	328,17	367,29	576,44	1.379,56
Nov/96	326,74	383,54	568,87	1.411,80
Dez/96	351,57	406,64	595,95	1.439,82
Jan/97	333,49	369,11	555,60	1.335,94
Fev/97	319,00	360,32	545,14	1.333,52
Mar/97	315,48	364,00	531,06	1.315,77
Abr/97	303,29	356,34	536,48	1.361,62
Méd. jan/97-abr/97	317,81	362,44	542,07	1.336,71

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.7.7

Salário mínimo real
(em reais de dez/1995)

	S. M. R.
Média 1991	80,34
Média 1992	86,31
Média 1993	94,57
Média 1994	88,60
Média 1995	97,76
Média 1996	101,58
Média -jan/96-abr/96	96,98
Abr/96	96,07
Mai/96	106,57
Jun/96	105,23
Jul/96	104,05
Ago/96	103,58
Set/96	103,52
Out/96	103,17
Nov/96	102,72
Dez/96	102,25
Jan/97	101,45
Fev/97	102,19
Mar/97	101,51
Abr/97	100,95
Média -jan/97-abr/97	101,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTb.

TABELA A.9.3

Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	20,42	45,51	0,46	25,07	53,05	85,61	38,05
Média 1992	30,99	64,54	7,43	50,12	53,04	97,26	52,39
Média 1993	30,11	71,17	6,43	41,67	63,10	87,40	54,08
Média 1994	22,84	62,15	-0,05	42,40	46,76	71,26	47,36
Média 1995	16,26	45,86	-6,64	17,16	30,34	40,14	33,23
Média 1996	16,14	51,65	-2,65	20,39	26,72	32,58	34,83
Média jan/96-abr/96	17,11	51,90	-1,46	16,11	28,72	29,23	35,01
Abr/96	18,12	60,68	-5,56	24,70	19,11	26,45	38,49
Mai/96	21,94	46,20	-4,72	18,14	24,24	44,37	33,48
Jun/96	16,56	53,16	-5,58	18,96	32,23	35,88	34,37
Jul/96	11,09	50,48	-5,24	24,65	38,53	34,07	32,91
Ago/96	16,61	45,94	0,30	25,17	35,74	33,77	34,45
Set/96	17,47	51,83	-3,40	26,74	19,55	26,16	35,68
Out/96	13,10	48,03	-6,73	22,64	15,26	29,60	31,31
Nov/96	12,82	53,05	-3,03	20,91	20,26	47,76	35,13
Dez/96	15,61	63,48	2,48	22,96	19,98	22,46	40,53
Jan/97	20,08	38,92	-0,03	17,08	25,65	26,59	29,92
Fev/97	18,23	45,23	-3,00	21,54	20,44	19,48	31,45
Mar/97	17,74	43,47	-5,13	16,14	16,65	36,05	29,74
Abr/97	15,54	45,34	-3,94	15,91	11,59	39,27	30,22
Média jan/97-abr/97	17,90	43,24	-3,03	17,67	18,58	30,35	30,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.4

Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	42,07	26,15	16,25	47,30	75,26	94,05	41,10
Média 1992	49,33	44,51	31,62	73,52	100,94	95,16	58,47
Média 1993	62,91	42,00	15,70	66,67	102,03	89,35	55,93
Média 1994	45,39	22,82	1,71	45,79	73,39	83,37	38,47
Média 1995	17,50	2,96	-0,18	18,43	38,44	50,19	15,66
Média 1996	18,82	5,38	0,60	21,99	42,76	39,61	16,36
Média jan/96-abr/96	19,48	3,29	-0,23	22,32	46,47	39,29	15,63
Abr/96	20,92	1,50	0,37	14,73	34,79	47,11	14,16
Mai/96	25,89	0,97	0,10	16,94	41,52	49,29	14,60
Jun/96	21,91	6,00	-3,32	20,13	55,76	39,87	16,29
Jul/96	13,73	3,97	-4,45	20,77	39,97	28,34	13,16
Ago/96	17,09	4,91	2,91	12,86	47,53	38,11	15,16
Set/96	16,41	3,34	1,92	16,10	36,40	42,13	14,07
Out/96	12,80	7,84	6,86	18,91	31,67	46,70	16,31
Nov/96	21,19	6,95	0,83	19,80	32,40	46,67	18,23
Dez/96	18,88	17,42	3,32	49,55	42,01	27,03	25,94
Jan/97	17,15	7,32	-2,34	26,45	36,35	37,06	17,08
Fev/97	17,06	7,63	-3,68	25,64	26,58	26,33	15,64
Mar/97	20,09	2,87	-2,12	24,80	41,82	36,66	14,22
Abr/97	10,41	7,71	-1,80	11,99	41,45	55,86	14,35
Média jan/97-abr/97	16,18	6,38	-2,48	22,22	36,55	38,98	15,32

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

A.10 - Atividade sindical

TABELA A.10.1

Número de greves

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Jan	61	47	50	46	67	101	67
Fev	48	46	35	49	82	112	59
Mar	56	49	46	111	117	92	57
Abr	218	46	65	210	110	126	43
Mai	159	65	79	138	145	131	28
Jun	121	41	62	84	97	86	
Jul	100	38	73	48	72	115	
Ago	56	35	73	66	85	91	
Set	91	64	80	99	64	81	
Out	86	64	57	69	72	99	
Nov	80	74	58	106	101	98	
Dez	52	54	52	98	114	105	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados.

TABELA A.10.2

Número de grevistas

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Jan	282.181	89.397	11.614	35.999	47.252	29.124	21.630
Fev	604.008	219.330	113.449	11.495	88.427	32.351	34.628
Mar	754.782	124.031	411.763	420.792	320.450	122.099	59.389
Abr	633.384	629.024	440.784	280.037	509.342	404.808	39.564
Mai	1.100.851	262.770	1.408.010	216.482	744.672	891.512	24.663
Jun	890.765	292.867	642.363	220.864	154.325	96.836	
Jul	718.270	147.355	144.539	57.587	87.527	206.032	
Ago	487.388	143.335	804.113	92.079	68.637	188.249	
Set	624.565	198.357	649.665	807.248	66.893	233.433	
Out	945.922	394.967	293.484	508.991	132.554	224.270	
Nov	350.608	269.045	162.863	524.527	338.352	213.474	
Dez	135.008	48.938	12.378	89.948	96.199	61.992	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados.

TABELA A.10.3

Trabalhadores/hora parados

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Jan	16.697.580	7.055.136	5.579.144	627.560	1.862.595	1.078.981	853.288
Fev	36.476.776	10.948.440	8.041.116	595.380	2.493.596	1.235.981	918.788
Mar	76.104.592	8.625.274	64.107.384	8.599.067	9.312.108	12.342.327	2.809.203
Abr	51.352.750	29.500.912	86.409.929	12.766.248	52.787.162	36.004.280	899.028
Mai	129.610.848	15.876.944	169.095.902	6.795.928	73.461.857	46.620.068	505.966
Jun	116.218.584	12.461.576	33.737.838	10.181.210	6.657.274	7.198.350	
Jul	141.268.464	8.087.776	8.766.312	8.942.098	4.656.527	8.582.122	
Ago	23.092.227	2.627.440	41.585.816	2.676.840	2.474.172	10.803.219	
Set	29.875.400	7.823.264	74.546.796	34.462.655	4.640.820	11.764.931	
Out	25.301.494	18.287.358	57.538.514	30.656.840	5.488.448	6.458.982	
Nov	20.887.900	18.087.992	4.817.448	7.245.524	7.369.295	6.477.882	
Dez	12.306.170	1.334.240	419.975	3.975.245	4.428.231	13.267.790	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados.

Glossário de abreviações utilizadas nas tabelas do Anexo Estatístico

Regiões metropolitanas:

RJ: Rio de Janeiro
SP: São Paulo
PA: Porto Alegre
BH: Belo Horizonte
RE: Recife
SA: Salvador
DF: Distrito Federal
CTBA: Curitiba
FTZ: Fortaleza

Posições na ocupação:

CC: empregados com carteira assinada
SC: empregados sem carteira assinada
CP: trabalhadores por conta-própria
EMPRES: empregadores

Setores de atividade:

Ext. Min.: Indústria da Extrativa Mineral
Ind. Tr.: Indústria de Transformação
S.I.U.P.: Serviços Industriais de Utilidade Pública
Cons. Civ.: Construção Civil
Adm.Públ.: Administração Pública
Agro.: Agropecuária

